



CIÊNCIA PRESENTE

A UFRJ atravessa a Ponte e desembarca em Niterói com a força de suas pesquisas para participar da Reunião Anual da SBPC, o maior encontro científico da América Latina, de 26 de julho a 1º de agosto.

▲ Trinta e sete nomes da universidade serão conferencistas, coordenadores ou palestrantes na rica programação científica;

▲ Oito professores da instituição darão minicursos durante o evento;

▲ A universidade também marcará presença na programação afro-indígena e na SBPC Jovem, com ações de popularização da Ciência.

A universidade reage ao arbítrio, com reflexões, atos simbólicos ou vitória nos tribunais.

▲ Justiça declara improcedente ação do Conselho Federal de Medicina contra a presidenta da ADUFRJ, professora Ligia Bahia;

▲ Artigos de pesquisadoras da UFRJ criticam tarifaço de Trump contra o Brasil;

▲ Diplomação póstuma de Stuart Angel reafirma compromisso institucional com a democracia.

MEDO NUNCA MAIS

Com muita alegria, apresentamos o novo Jornal da ADUFRJ, com logomarca e projeto gráfico inéditos e a criação do Caderno D, um suplemento virtual com ideias, artigos de professores, perfis de docentes, ilustrações e entrevistas.

No primeiro caderno, reforçamos nosso compromisso com o jornalismo: reportagens de fôlego sobre temas da atualidade e cobertura ágil do cotidiano da UFRJ.

O Jornal da ADUFRJ é uma publicação com duas edições mensais, uma impressa e outra digital.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

Editora-Chefe:
ANA BEATRIZ MAGNO

Editor de Arte:
ANDRÉ HIPPERTT

Chefia de Reportagem:
KELVIN MELO

Edição e Reportagem:
KELVIN MELO
SILVANA SÁ

Fotografia:
FERNANDO SOUZA
ALESSANDRO COSTA
JOÃO LAET

TI
MARCELO BRASIL



UFRJ NA SBPC

Durante uma semana, Niterói será a capital da Ciência nacional. É a Reunião Anual da SBPC, de 26 de julho a 1º de agosto, na Universidade Federal Fluminense, campus do Gragoatá, com um rico cardápio de debates em todas as áreas do conhecimento. Serão mais de 220 atividades dentro da programação científica, com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de gestores do sistema nacional e estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A UFRJ, claro, não podia ficar de fora. Pelo menos 39 nomes da universidade serão conferencistas ou coordenadores ou palestrantes da rica programação científica. Entre eles, a presidenta da ADUFRJ, professora Lígia Bahia, que é conselheira da SBPC, coordena o debate "Associações Docentes de Universidades Públicas: Ciência e Democracia" na segunda-feira, dia 27, a partir das 16h.

No dia 28, às 13h, Lígia, que é professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, coordenará também a mesa-redonda "Saúde nas plataformas eleitorais em 2026", com a presença do ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão.

Já no dia 29, às 10h, a presidenta da ADUFRJ coordena a conferência "A Saúde Global em um mundo em transformação", com a ex-ministra da Saúde Nísia Trindade.

A UFRJ também marcará presença nos minicursos e nas ações da SBPC Jovem, de popularização da Ciência. Participe!

Confira, a seguir, alguns dos destaques do evento.

DOMINGO, 26

17h30

ABERTURA
Distrito de Inovação - Estação Cantareira - Auditório

SEGUNDA, 27

10h

CONFERÊNCIA DA MINISTRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, LUCIANA SANTOS
Distrito de Inovação - Estação Cantareira - Auditório

11h30

ATO PÚBLICO CONTRA O FEMINICÍDIO



ANTÔNIO DOS SANTOS

13h

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS
Palestrantes: Nelson Studart Filho (Ilum-CNPq), Sandra Lúcia Escovedo Selles (UFF) e Antônio Carlos Fontes dos Santos (UFRJ)
Bloco G - Auditório Sebastião Firmo (Saponga)



JOÃO PACHECO

MESA-REDONDA: MUSEUS, TERRITÓRIOS E CULTURAS EM DISPUTA: IMPASSES DA AUTODETERMINAÇÃO E DA AUTONOMIA COMUNITÁRIA

Palestrantes: Mario de Souza Chagas (UNIRIO) e João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)
Bloco F - Auditório Moacir Carvalho Gama

ESTRUTURA E PERSPECTIVAS DE FINANCIAMENTO DA PESQUISA NO BRASIL
Palestrantes: Helena B. Nader (ABC), Denise Pires de Carvalho (CAPES), Olival Freire Junior (CNPq) e Luiz Antonio Rodrigues Elias (FINEP)

Distrito de Inovação - Estação Cantareira - Auditório

16h

MESA-REDONDA: ASSOCIAÇÕES DOCENTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS: CIÊNCIA E DEMOCRACIA
Coordenadora e palestrante: Lígia Bahia (UFRJ)
Palestrantes: Helder Figueiredo e Paula (UFMG) e Jailton de Souza Lira (UFAL)
Bloco G - Auditório Sebastião Firmo (Saponga)

TERÇA, 28

10h

CONFERÊNCIA: O QUE VOCÊ ANDA BEBENDO NO SEU CAFEZINHO?
Conferencista: Cláudia Moraes de Rezende (UFRJ)
Bloco P - Auditório do Inst. História - Simone Lahud Guedes

13h

MESA-REDONDA: SAÚDE NAS PLATAFORMAS ELEITORAIS EM 2026
Coordenadora: Lígia Bahia (UFRJ)
Palestrantes: Marta Arretche (USP), Naomar de Almeida Filho (UFBA) e José Gomes Temporão (Ex-Ministro da Saúde)
Reserva Cultural - Sala Nelson Pereira dos Santos

QUARTA, 29

10h

CONFERÊNCIA: A SAÚDE GLOBAL EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO
Conferencista: Nísia Trindade Lima (FIOCRUZ)
Coordenadora: Lígia Bahia (UFRJ)
Reserva Cultural - Sala Nelson Pereira dos Santos

13h

SESSÃO ESPECIAL: AVALIAÇÃO DA COP30
Coordenador: Paulo Artaxo (USP)

Palestrantes: Ana Toni (Diretora Executiva da COP30), Ima Célia Guimarães Vieira (FINEP/MPEG) e Altaci Corrêa Rubim (UnB)
Distrito de Inovação - Estação Cantareira - Auditório

QUINTA, 30

10h

CONFERÊNCIA: MARIE CURIE NO BRASIL - 100 ANOS DEPOIS DE SUA VISITA
Conferencista: Ildeu de Castro Moreira (UFRJ)
Bloco G - Auditório Sebastião Firmo (Saponga)

CONFERÊNCIA: EVASÃO DE ESTUDANTES EM MESTRADOS E DOUTORADOS: A URGÊNCIA DE MUDAR A PÓS-GRADUAÇÃO
Conferencista: Igor Vinicius Lima Valentim (UFRJ)
Bloco O - Auditório do ICHF - sala 209

13h

MESA-REDONDA: FNDCT: DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS, ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS E PROPOSIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA CIÊNCIA BRASILEIRA
Palestrantes: Helena B. Nader (ABC), Luís Manuel Rebelo Fernandes (MCTI), Olival Freire Junior (CNPq) e Luiz Antonio Rodrigues Elias (FINEP)
Reserva Cultural - Sala Nelson Pereira dos Santos



FELIPE ADDOR

MESA-REDONDA: DESAFIOS CIENTÍFICOS, POLÍTICOS E ACADÊMICOS DO CAMPO DA TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL
Coordenador e palestrante: Felipe Addor (UFRJ)
Bloco D - Auditório Florestan Fernandes

16h

MESA-REDONDA: O GENOCÍDIO EM GAZA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E GEOPOLÍTICA

Palestrantes: Ualid Rabah (FEPAL), Murilo Sebe Bon Meihy (UFRJ) e Isabela Agostinelli dos Santos (FECAP)

Bloco D - Auditório Paulo Freire

SEXTA, 31

10h

CONFERÊNCIA: AS SUPERBACTÉRIAS E A IMUNOTERAPIA COMO UMA POTENCIAL ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA INOVADORA
Conferencista: Priscilla Christina Olsen (UFRJ)
Bloco B - Auditório Macunaima



TATIANA ROQUE

13h

MESA-REDONDA: DESAFIOS À DEMOCRACIA BRASILEIRA: ELEIÇÕES 2026 E A PRESENÇA DAS MULHERES (SBPC GÊNERO)
Palestrantes: Tatiana Marins Roque (UFRJ), Miriam Pillar Grossi (USFSC) e Luciana Veiga (UNIRIO)
Bloco M - Auditório da Biologia

SESSÃO ESPECIAL: CONVERSA COM PRÉ-CANDIDATOS CIENTISTAS

16h

MESA-REDONDA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE E OS DESAFIOS DA EXTENSÃO
Palestrantes: Laís Silveira Fraga (UNICAMP), Ivana Bentes (UFRJ) e Sandra Rufino (UFRN)
Bloco B - Auditório Macunaima

DE 28 A 31/07

8h às 9h30

MINICURSO - O UNIVERSO EXTREMO: AS IDEIAS BÁSICAS DA FÍSICA DE ASTROPARTÍCULAS E COSMOLOGIA
Ministrante: João Ramos Torres de Mello Neto (UFRJ)
Local: Gragoatá - Bloco A - Sala 205

CIÊNCIA PRESENTE ▲ MEDO NUNCA MAIS



FERNANDO SOUZA

VITÓRIA DA CIÊNCIA

Justiça julga improcedente ação do Conselho Federal de Medicina contra a presidenta da ADUFRJ, professora Lígia Bahia

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Boa notícia para a democracia. A Justiça negou um pedido de reparação de danos morais feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) contra a presidenta da ADUFRJ, professora Lígia Bahia, por críticas à entidade durante a pandemia de covid-19.

O conselho processou Lígia em agosto de 2024 por declarações da professora em entrevista a um programa do Instituto Conhecimento Liberta (veja quadro ao lado). Segundo o CFM, Lígia teria proferido “críticas infundadas e ofensivas”. A entidade pedia uma indenização de R\$ 100 mil e a retratação pública da profissional, além da remoção dos comentários do YouTube, onde o programa foi veiculado.

Para a presidenta da ADUFRJ, a decisão ganhou um significado que extrapola o seu próprio caso. “Os advogados e eu acreditamos que a sentença poderia

contribuir para afastar tentativas de constrangimento à ciência e liberdade de expressão”, afirmou Lígia. “Este processo movido pelo CFM tem uma natureza muito agressiva: acusações e exigências desenhadas do contexto de forte resistência ao negacionismo durante a pandemia. A UFRJ teve protagonismo inequívoco na defesa da vida durante a pandemia. Eu sou uma entre tantos pesquisadores que divulgaram melhor evidências e experiências no contexto de crises sanitárias. A Justiça reconheceu nosso trabalho”.

Na sentença proferida em 2 de julho, o juiz federal José Carlos Motta, da 19ª Vara Cível Federal de São Paulo, afirmou que “a liberdade de expressão constitui fundamento do Estado Democrático de Direito e condição para o florescimento do debate público, da ciência e do escrutínio das instituições”.

O juiz federal ressaltou que “não se pode impedir, judicialmente, que pesquisadora titular de universidade federal expresse suas opiniões sobre temas de saúde pública de relevância manifesta, especialmente quando tais opiniões en-

contram lastro em fatos e em consensos científicos reconhecidos”.

Motta acrescentou que autarquias federais como o Conselho Federal de Medicina, por exercerem relevante função pública e influenciarem diretamente políticas de saúde, estão submetidas a um grau mais elevado de escrutínio social. “Quanto maior o poder exercido por uma instituição, maior deve ser sua tolerância à crítica”, registrou.

Outro ponto da decisão foi a ausência de provas de que as declarações tenham causado qualquer dano concreto à reputação do Conselho Federal de Medicina. “Não há, nos autos, pesquisas de opinião, perda de reconhecimento institucional, qualquer reflexo perceptível na atuação da autarquia, notícias de impacto reputacional ou qualquer outro indicador de que a honra objetiva do CFM foi efetivamente maculada perante a sociedade”, escreveu o magistrado.

Além de julgar improcedente a ação, a Justiça condenou o CFM ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. ▲

A Justiça brasileira será tema de uma das conferências da Reunião da SBPC ▲ Conferência: **AS TEIAS, VÍCIOS E DISFARCES DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO**
Conferencista: **Conrado Hubner Mendes (USP)** Coordenador: **Ildeu de Castro Moreira (UFRJ)** ▲ **Bloco F - Auditório Moacir Carvalho Gama** ▲ **Sexta-feira, 31/7** ▲ **10h**

RELEMBRE O CASO

Lígia fez as críticas ao Conselho Federal de Medicina durante entrevista ao programa Em Detalhes, exibido em 15 de agosto de 2024 pelo canal Instituto Conhecimento Liberta, do Youtube. Na ocasião, Lígia criticou a atuação do CFM durante a pandemia, especialmente em relação ao posicionamento da entidade sobre a vacinação contra a Covid-19 e ao apoio à prescrição de cloroquina e hidroxicloroquina como tratamento da doença.

Na ação, o Conselho alegava que declarações feitas por Lígia Bahia atingiram a honra e a reputação da entidade, de sua diretoria e de seus conselheiros.

O processo gerou uma onda de apoio à professora. Mais de 50 entidades científicas subscreveram a nota de repúdio divulgada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC). Manifestações contrárias à ação do CFM foram divulgadas por instituições como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

DEFESA AMPARADA NA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A defesa da professora Lígia foi conduzida pelo escritório Vilhena Silva Advogados. “Desde o início do processo, a estratégia da defesa foi demonstrar que as manifestações da professora estavam inseridas no exercício legítimo da liberdade de expressão e da liberdade acadêmica”, afirmou uma das sócias do escritório, Letícia Caboatan. “As declarações foram feitas em um contexto de debate público sobre temas de relevante interesse social, com base em fatos amplamente conhecidos e discutidos pela sociedade e pela comunidade científica, sem a intenção de ofender ou difamar a instituição”. Letícia acredita que a sentença acolheu essa linha de defesa ao reconhecer que críticas dirigidas a uma entidade de grande relevância pública, ainda que contundentes, são protegidas pela Constituição quando não extrapolam os limites da legalidade. “Caso haja recurso, a defesa continuará pautada nesses mesmos fundamentos constitucionais, buscando preservar a liberdade de manifestação do pensamento, o debate científico e o direito da sociedade de discutir criticamente temas relacionados à saúde pública”.

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Memória, verdade e justiça. Poucas vezes, as três palavras juntas ganharam um significado tão especial como na comovente diplomação póstuma de Stuart Edgar Angel Jones como bacharel em Ciências Econômicas da UFRJ. O corpo do estudante, assassinado pela ditadura na Base Aérea do Galeão em 1971, jamais foi localizado. Em solenidade realizada em 7 de julho, no campus da Praia Vermelha, a universidade reconheceu oficialmente a trajetória acadêmica interrompida pela violência do Estado.

“Não sei se choro de emoção ou se grito de felicidade”, disse a jornalista Hildegard Angel, ao receber o diploma em nome do irmão. Diante de um Salão Dourado lotado com amigos de longa data, muitos companheiros de luta do próprio Stuart, lembrou a coragem de sua mãe, a estilista Zuzu Angel: “Ela dizia que lutava pelos filhos das outras. Depois que começou essa luta, a câmara de tortura da Base Aérea do Galeão foi desativada. Não houve mais mortes do Galeão”, afirmou.

A jornalista alertou para a necessidade de preservação da democracia, nos dias atuais. “Não podemos nos dominar pelo medo, porque é esse medo contagiante que alimenta os ardis para retomarem a ditadura, para retomarem uma tirania, para entregarem o Brasil a outro país”, disse. Representantes estudantis do passado e do presente também se revezaram ao microfone para honrar o colega e defender a democracia. “Hoje, nós estamos prestando um tributo a um companheiro da nossa geração que foi um exemplo”, disse o economista Carlos Alberto Muniz, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRJ.

“O inimigo era altamente violento, miserável. E não era só a violência da tortura. Era a violência da estagnação da cultura. Era a violência da impossibilidade do desenvolvimento social do país. Era a violência da perpetuação da miséria no país”, contou.

O economista avaliou que a homenagem reforça a necessidade de ampliar a democracia e impedir qualquer retorno de práticas autoritárias. “Nós não podemos desistir. Esse é o desafio que temos pela frente.”

Pela nova geração, Bruno Acherman representou o Centro Acadêmico que leva o nome de Stuart Angel, o CASA. “Estou incrédulo que hoje estudo no mesmo lugar onde Stuart estudou, ando pelos mesmos corredores que ele mesmo andava, estudo nas mesmas salas, converso e rio nos mesmos ambientes, e construo o movimento estudantil como Stuart mesmo construía”, disse.

O dirigente estudantil relacionou a história do homenageado às ameaças contemporâneas à democracia. “Hoje em dia, vemos pessoas que parecem emergir da lata de lixo da história, que querem fazer com que a luta de Stuart Angel seja em vão”, afirmou. “A luta de Stuart não acabou. E agora esse diploma só dá ainda mais força a essa luta. Esse é um recado aos aspirantes a tiranos: os herdeiros de Stuart Angel derrotarão os herdeiros do torturador Brilhante Ustra”.

DNA INSTITUCIONAL

A cerimônia seguiu, dentro do possível, todos os ritos das diplomações tradicionais. O diploma foi assinado pelo diretor do Instituto de Economia, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “Hoje, ao concedermos o diploma póstumo a Stuart Angel, inscrevemos definitivamente seu nome em nossa própria identidade”, afirmou. “Ele deixa de ser apenas um estudante cuja trajetória foi brutalmente interrompida e passa a integrar para sempre a história viva desta universidade.”

Carlos Frederico ressaltou que a homenagem ultrapassa a figura de Stuart e representa todos os jovens que tiveram seus projetos de vida interrompidos pela violência política. “É nosso dever garantir permanência, assistência estudantil, acolhimento, saúde mental, oportunidades acadêmicas e condições para que os estudantes possam realizar plenamente seus projetos de vida. Tenho convicção de que cuidar da juventude de hoje é uma das formas mais profundas de honrar aqueles cuja juventude nos foi retirada”, concluiu. Por fim, o diretor da Economia reveren-



Na diplomação: o estudante Bruno Acherman, Hildegard Angel e o reitor Roberto Medronho

ciou Zuzu Angel: “Existe ainda um elemento desta história que jamais pode ser esquecido. O Brasil conheceu a história de Stuart Angel, porque houve uma mãe que se recusou a aceitar o silêncio”, contou Frederico. “O amor de sua mãe transformou a dor em coragem, a coragem em memória e a memória em compromisso coletivo para que nunca mais aceitássemos o esquecimento como destino. Hoje, ao entregar este diploma, somos herdeiros desse amor”.

FILHO DA UFRJ

Ao entregar oficialmente o diploma, o reitor Roberto Medronho definiu a cerimônia como um ato de profunda significação histórica, acadêmica, humana e democrática. “Esse diploma que entregamos hoje não é reparador de uma família, não é devolve a juventude roubada de

Stuart Angel. Não devolve o corpo, jamais entregue. Não devolve à mãe o direito de velar pelo seu próprio filho. Ainda assim, esse diploma afirma com toda a força simbólica da Universidade Pública Brasileira que Stuart Angel é e sempre será filho da UFRJ”.

“Filho de nossas salas de aula, de nossos corredores, de nossos debates, de nossos sonhos de país. Filho de uma geração que acreditou que o Brasil poderia ser mais justo, livre, democrático e soberano. Stuart não concluiu o seu curso porque foi arrancado da vida”, completou.

Medronho afirmou que a diplomação representa um compromisso institucional com a verdade histórica, os direitos humanos e a democracia. “A universidade não pode ser neutra diante da barbárie. Jamais será”, afirmou. “A universidade pública existe para produzir conhecimento e defender a vida. Existe para formar profissionais e consciências. Existe para pesquisar, ensinar e inovar e para proteger a liberdade sem a qual não há ciência, não há arte, não há pensamento crítico, não há futuro”. ▲



IMAGEM CRIADA POR IA



Da esquerda para a direita, Hildegard, Ana Cristina, Zuzu Angel e Stuart

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufjr.org.br

*Quem é essa mulher que canta como quem dobra um sino
Queria cantar por meu menino
que ele já não pode mais cantar*
Angélica, de Chico Buarque

A canção de Chico Buarque é devastadora porque trata de uma angústia universal: a aflição da mãe que perde o filho, mas não pode velar o rebento porque sequestraram a história e o corpo de seu menino. Foi assim com Zuzu Angel, a talentosa estilista que inspira os versos de Chico e que enfrentou a ditadura militar em busca de respostas para o sumiço do seu primogênito, Stuart.

“Mamãe dizia: ‘a história do meu filho ainda vai estar nos livros de história’”, contou Hildegard, irmã de Stuart, e importante jornalista que zela pelo legado da mãe e do irmão. Foi ela quem representou Stuart na diplomação póstuma organizada no início de julho pelo Instituto de Economia da UFRJ e pelo Centro Acadêmico do IE. “Mamãe estaria muito orgulhosa com essa cerimônia linda e emocionante. Mamãe era uma visionária”.

Zuleika de Souza Netto nasceu em Curvelo (MG), em 5 de junho de 1921. Criada em Belo Horizonte, descobriu ainda menina o prazer de costurar. Fazia roupas para primas e amigas. Em Belo Horizonte conheceu o norte-americano Norman Angel Jones. Casaram-se em 1943 e iniciaram uma vida marcada por mudanças. Viveram alguns anos na Bahia, onde nasceu o primeiro filho, Stuart Edgar Angel Jones, em 1947. Mais tarde, já no Rio de Janeiro, nasceriam Ana Cristina e Hildegard Beatriz.

A residência da família nunca foi apenas uma casa de Ipanema. Era também oficina, ateliê e ponto de encontro. Os filhos cresceram entre rolos de tecido e máquinas de costura. O pequeno negócio, conhecido como “Zuzu Saias”, começou quase sem pretensão. As clientes chegavam por indicação, atraídas por uma mulher que fazia exatamente o contrário do que ditava a moda da época.



FOTOS: INSTITUTO ZUZU ANGEL

Enquanto a elite brasileira copiava Paris, Zuzu buscava inspiração na identidade nacional. Bordava anjos, borboletas, galinhas, araras e flores brasileiras. Usava rendas nordestinas, chitas, bambu, pedras mineiras, conchas e fuxicos. Defendia que o Brasil não precisava imitar ninguém para ser elegante. Sua moda era brasileira por convicção. Essa originalidade abriu as portas de Nova York, onde passou a vestir atrizes como Joan Crawford, Kim Novak e Liza Minnelli.

“Zuzu tem uma trajetória única na história da moda brasileira e mundial”, resume Ronaldo Fraga, famoso estilista que se define como discípulo de Zuzu. “Qual é o sentido de fazer mais um vestido? Nós já temos roupas para 200 anos, então você tem que fazer uma roupa que fale. E Zuzu Angel fez roupas que cantaram, dançaram, murmuraram, manifestaram, denunciaram”.

Zuzu mudou a moda e a maternidade. Separada do marido num tempo em que o divórcio era proibido, a estilista criou os filhos se desdobrando entre o trabalho no ateliê e os cuidados com as crianças. Era uma família unida. O acervo preservado pelo Instituto Zuzu Angel reúne bilhetes, desenhos e cartões feitos pelos três filhos para a mãe. Stuart escrevia pequenos recados; Hildegard desenhava; Ana Cristina assinava cartões de aniversário e Natal.

A rotina doméstica dos Angel mudou junto com o

Brasil. O golpe militar de 64 atravessou os dias e noites da família liderada pela mulher de cabelos claros, sempre com vestidos florais. Stuart estudava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ali aprendeu a importância de defender a democracia. Entrou para o Movimento Estudantil, e em 1968, após o endurecimento do regime pelo Ato Institucional nº 5, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização que defendia a luta armada contra a ditadura.

Até aquele momento, Zuzu não se metia em política. Chegou a ter desavenças com o filho sobre a militância do rapaz, carinhosamente apelidado por ela de Tuti. Ele já vivia na clandestinidade e a mãe temia pelo destino. O medo foi aumentando, Tuti rareando as visitas, até que na manhã de 14 de maio de 1971, Zuzu recebeu o telefonema que mudou para sempre sua vida, conforme relato dramático mostrado no belíssimo filme Zuzu Angel, de Sérgio Rezende.

“Paulo caiu”, disse a voz do outro lado da linha. “Quem é Paulo?”, indagou Zuzu, sem compreender que aquele era o codinome de Stuart. “Vá logo para a PE (Polícia do Exército) para tentar salvá-lo. É para lá que eles costumam ir”, insistiu a voz.

Não deu tempo. Zuzu passou cinco anos atrás do filho. Fez o impossível. Percorreu quartéis, ministérios, delegacias e gabinetes. Em todos os lugares recebia a mesma resposta: Stuart nunca estivera preso. Mentira.

Stuart foi preso por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e seu calvário nas mãos dos militares foi detalhado para Zuzu em carta recebida de Alex Polari de Alverga, sobrevivente da repressão e companheiro de cárcere de Stuart na Base Aérea do Galeão. Polari descreveu as violentas sessões de tortura e contou que o amigo foi submetido a um suplício que se tornaria um dos símbolos da brutalidade da ditadura: teve a boca presa ao escapamento de um jipe militar, enquanto o veículo era acelerado.

O corpo jamais foi entregue à família. O testemunho de Alex Polari transformou a busca de Zuzu. Ela já não procurava um filho desaparecido. “Mamãe dizia que já não lutava só pelo seu filho. Lutava pelo filho das outras mães. Lutava por todas as mães que estavam sofrendo o mesmo que ela”, contou Hildegard, entre lágrimas, na cerimônia de diplomação de Stuart na UFRJ. “E ela conseguiu. Depois que ela começou a denunciar o que aconteceu com Stuart, os militares fecharam o centro de tortura do Galeão”, contou a irmã de caçula, convencida de que a luta muda a vida.

Zuzu criou uma forma de luta parecida com a de seu ofício. Criativa e surpreendente. A estilista percebeu que a fama conquistada na moda poderia tornar-se uma poderosa arma política. Escreveu cartas a ministros, parlamentares, religiosos, diplomatas e jornalistas. O momento decisivo ocorreu em setembro de 1971, durante um desfile na residência oficial do cônsul brasileiro em Nova York. Quem esperava uma coleção tropical encontrou uma mulher vestida de preto, em luto.

As modelos cruzaram a passarela usando vestidos bordados com anjos feridos, pássaros aprisionados, tanques de guerra, soldados, sóis atrás de grades e manchas vermelhas que simbolizavam o sangue derramado pela repressão. Ao final, Zuzu distribuiu aos convidados documentos denunciando o desaparecimento de Stuart e os crimes da ditadura brasileira.

A coragem de Zuzu amplificou a covardia de seus inimigos. Passaram a persegui-la. Zuzu acreditava estar permanentemente seguida por carros suspeitos e recebia telefonemas anônimos Pouco antes de morrer, deixou cartas e avisos. Repetia que, se aparescesse morta, teria sido assassinada pelos mesmos assassinos de Stuart.

Na madrugada de 14 de abril de 1976, seu carro foi fechado na saída do Túnel Dois Irmãos, perdeu o controle e despencou da pista. Durante décadas, a versão oficial sustentou que tudo não passara de um acidente automobilístico. Em 2014, as investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade reconheceram que Zuzu Angel foi vítima da violência de Estado, perpetrada contra opositores e familiares de perseguidos políticos durante a ditadura.

Zuzu nunca se despediu de Stuart. Mas sua luta produziu algo que a repressão não conseguiu destruir: a memória em forma de coragem. “Corajoso era o meu filho Stuart. Eu só tenho a legitimidade”. ▲

Na Reunião da SBPC, a perseguição a mulheres e cientistas durante a ditadura militar será tema de um dos minicursos do evento **MULHERES E CIENTISTAS PERSEGUIDAS NA DITADURA MILITAR**
Ministrante: **Elisa Prestes Massena** (UESC) Local: Gragoatá ▲ **Blcco H - Sala 409** ▲ 28 a 31/07 ▲ de 8h às 9h30



TARIFAÇÃO III: NÃO É SOBRE TARIFAS...

Desde que assumiu o segundo governo, Trump usa e abusa das tarifas de importação como instrumento de chantagem junto aos parceiros comerciais. Mas, para entender melhor o cenário em que estamos, é preciso voltar ao início de 2025 e acompanhar os avanços e recuos da administração norte-americana. Trump tinha menos de um mês na Casa Branca, em 10 de fevereiro de 2025, quando decidiu elevar as taxas dos setores de aço e de automóveis para 25%. E não parou por aí. Em abril do mesmo ano, com grande alarde midiático, Trump promoveu o primeiro grande tarifaço, com aplicação de índices de 10% a 45% para quase todos os parceiros comerciais.

Neste primeiro momento, as exportações do Brasil e dos demais países da América Latina ficaram no menor patamar, de 10%. Outros países, como a China (obviamente), Vietnã e África do Sul, foram contemplados com os níveis mais altos.

A partir de então, os EUA começaram a negociar com cada nação para obter concessões em diversas áreas – não somente a comercial – em troca da redução das tarifas anunciadas. Ficou escancarado que as tarifas eram – e ainda estão sendo – usadas como moeda de barganha da política externa norte-americana.

Dois meses depois, a posição do governo Trump em relação ao Brasil mudou, com o anúncio de um segundo tarifaço: aumento para 40% e a abertura de uma investigação comercial no âmbito da seção 301 da Lei comercial norte-americana. Guardem essa informação.

Naquela ocasião, o teor e o tom da carta enviada pela Casa Branca ao governo brasileiro já evidenciavam o cunho político das medidas e revelavam os reais pontos de interesse do governo norte-americano. Entre eles, o tratamento dado pelo Judiciário do Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O início de 2026 trouxe um revés para Trump. A aplicação das taxas para todos os países, iniciada em setembro, acabou sendo considerada ilegal pela Suprema Corte norte-americana, em fevereiro deste ano. Mas o alívio durou poucas horas. No mesmo dia, o governo Trump decidiu empregar tarifa linear de 10% sobre as exportações de todos os países, usando outro instrumento legal.

Mas lembra aquela investigação aberta ano passado? As conclusões da investigação efetuada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) confirmaram – sem surpresas – os “problemas” apontados pelo governo dos EUA em pelo menos 6 áreas:

Mais importante do que o impacto sobre as exportações atuais, é a manipulação do instrumento de tarifa comercial como forma de chantagem sobre os governos

- Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico: o Brasil é acusado, por um lado, de adotar medidas “pouco transparentes” contra empresas americanas de redes sociais no tocante à remoção de determinados conteúdos políticos e também de dar um “tratamento preferencial” ao Pix que seria “injusto e discriminatório” relativamente aos fornecedores de serviços de pagamento eletrônico dos EUA (empresas de cartão de crédito, principalmente). Os argumentos são, no mínimo, confusos e, possivelmente, de má fé: acusam o Banco Central de “conflito de interesses” e reclamam da gratuidade do Pix. O fato deste instrumento ser, entre outros, um mecanismo para promoção da inclusão financeira da população não faz parte do leque de critérios da investigação.

- Tarifas preferenciais consideradas injustas: o governo dos EUA reclama das concessões preferenciais do Brasil a México e a Índia “por meio de acordos comerciais preferenciais”, existentes há anos e aprovados pela Organização Mundial do Comércio. Ora, aqui o USTR reclama de favorecimento quando justamente tenta forçar o Brasil a fazer concessões comerciais bilaterais.

- Desmatamento ilegal: a acusação de que o Brasil tem um arcabouço legal insuficiente para combater o desmatamento ilegal obviamente não tem motivações ambientais mas, sim, comerciais. Os produtos agrícolas brasileiros teriam vantagens em terceiros mercados devido à leniência com o desmatamento ilegal. O que chama atenção é que não há nenhuma menção à redução recente do desmatamento e à intensificação durante o governo anterior.

- Proteção à propriedade intelectual: esta é uma reclamação recorrente nas conversas bilaterais e, embora o Brasil tenha alinhado progressivamente sua legislação às regras internacionais (o que não é necessariamente positivo para o desenvolvimento de tecnologias nacionais), existem reclamações quanto à pirataria e ao trânsito de produtos falsificados e quanto à demora na análise de pedidos de patentes, “especialmente no setor biofarmacêutico”.

- Combate à corrupção: as medidas de fiscalização adotadas no Brasil são consideradas insuficientes para enfrentar “práticas de suborno e corrupção”.

- Acesso ao mercado de etanol: para este

produto, há uma reclamação quanto à tarifa de etanol relativamente elevada cobrada pelo Brasil nas importações.

Neste terceiro tarifaço, que começa a ser aplicado esta semana, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos propôs taxas de 25% sobre uma gama de produtos que representam cerca de 20% do valor das importações dos EUA provenientes do Brasil. O restante é tratado como exceção ou porque já é coberto por outras restrições – em particular, os 18% afetados pelas tarifas de 25% impostas aos produtos siderúrgicos e veículos no âmbito da seção 232. Dentre os principais setores afetados por estas medidas figuram máquinas e equipamentos, material elétrico, madeira e açúcares.

Mesmo que a medida não afete a totalidade das exportações brasileiras para os EUA, causará um aumento significativo da proteção aplicada sobre os produtos brasileiros relativamente a 2024. De fato, a investigação assegura a continuidade do nível de proteção tarifária estabelecido em 2025. Além disso, afeta exportações brasileiras de maior conteúdo tecnológico.

E mais um detalhe. O país não foi objeto de apenas uma investigação no âmbito da Lei de Comércio dos EUA: além daquela aberta em julho de 2025, existe outra em curso contra 60 países acusados de leniência no controle de trabalhos forçados, com impacto sobre a competitividade dos produtos americanos. Dependendo do resultado da investigação, seremos “premiados” com mais 12,5% de tarifas. E o nível de taxas aplicadas ao Brasil voltará a ser aquele do segundo tarifaço (junho de 2025), mas com uma base legal supostamente mais forte.

Porém, mais importante do que o impacto sobre as exportações atuais, é a manipulação do instrumento de tarifa comercial como forma de chantagem sobre os governos. No caso do Brasil, ainda que alguns dos argumentos, como desmatamento (que ironia!), por exemplo, se refiram aos impactos sobre os fluxos de comércio, outros dizem respeito a temas bem diversos como a regulação das big techs, à atuação das empresas financeiras ou ainda a temas mais distantes do comércio, como o acesso a minerais críticos usados para baterias e outros equipamentos.

Ou seja, o tarifaço não é sobre comércio exterior e, sim, sobre concessões diversas a serem obtidas junto ao governo brasileiro. Dado o momento político do Brasil, com a aproximação das eleições, e a forma como o governo Trump vem conduzindo a política externa na região, pode-se dizer que o tarifaço não é somente sobre comércio exterior, nem mesmo somente sobre economia: ele serve a múltiplos objetivos, inclusive políticos. ▲



QUEM DEVE SER DEIXADO PARA TRÁS? O TARIFAÇO E AS CONTRADIÇÕES DA EXTREMA DIREITA

O tarifaço reflete uma mudança de estratégia dos Estados Unidos, ancorada em uma nova perspectiva sobre as relações internacionais: os fóruns multilaterais passam a ser vistos como ameaça ou obstáculo ao uso da superioridade econômica e militar norte-americana como instrumento de barganha com outros países. O diagnóstico, em si, não é incorreto – os fóruns multilaterais existem precisamente para reduzir assimetrias entre os países e, por isso mesmo, constroem o exercício unilateral do poder.

Essa mudança de perspectiva, contudo, não se restringe às relações internacionais. Ela tem um componente social mais profundo, pois espelha um entendimento acerca das relações entre as pessoas no qual as assimetrias deixam de ser vistas como resultado de privilégios e opressões – que estruturam não apenas a divisão internacional do trabalho, mas também as clivagens econômicas, sociais e raciais domésticas – e passam a ser interpretadas como resultado do mérito daqueles que conseguem vencer uma competição. Opera aqui a metáfora do mercado: a competição como mecanismo supostamente capaz de indicar os melhores, apagando as condições desiguais de partida que definem, de antemão, quem pode competir, em que termos – e, sobretudo, quem deve ser deixado para trás. Wendy Brown, em “Nas ruínas do neoliberalismo”, descreve com precisão essa soldagem entre a razão de mercado e o ressentimento antidemocrático: quando a competição se torna o critério último de justiça, a proteção dos mais fracos deixa de ser um imperativo político e passa a ser lida como distorção. É essa mesma gramática que autores como Cas Mudde identificam no núcleo da direita radical contemporânea – um nativismo que hierarquiza pessoas e nações e naturaliza a desigualdade como ordem legítima do mundo.

Correlaciono o tarifaço com a conjuntura eleitoral. Ele pode constituir uma oportunidade de reivindicar o discurso da soberania nacional e de explicitar uma das maiores contradições da extrema direita brasileira

Em esse sentido que compreendo que qualquer retaliação deve ser organizada coletivamente, a partir dos fóruns multilaterais, e acompanhada de um esforço de convencimento da sociedade de que essa abordagem, que glorifica o direito do mais forte, é prejudicial ao Brasil enquanto nação – e, portanto, incompatível com qualquer discurso nacionalista, assim como com qualquer ideal cristão de solidariedade.

É também nesse sentido que correlaciono o tarifaço com a conjuntura eleitoral. Ele pode constituir uma oportunidade de reivindicar o discurso da soberania nacional e de explicitar uma das maiores contradições da extrema direita brasileira. De um lado, a mobilização do cristianismo em favor de uma visão de mundo que decide quem deve ser deixado para trás – e elege para esse abandono exatamente aqueles que Cristo buscava proteger. De outro, o emprego de uma retórica nacionalista e patriótica combinada com uma postura de alinhamento automático à

potência hegemônica do hemisfério – paradoxo que estudiosos da política externa bolsonarista, como Guilherme Casarões, vêm apontando: um nacionalismo que se realiza, na prática, como subordinação ideológica a um projeto transnacional de extrema direita, cuja arquitetura Benjamin Teitelbaum reconstituiu ao mapear as redes que conectam ideólogos tradicionalistas de Washington a Brasília.

Historicamente, as relações internacionais têm pouco peso nas eleições presidenciais brasileiras. Contudo, com a progressiva ideologização do eleitorado e o aumento do interesse por política, é plausível que as regras usuais deixem de operar como antes. Pippa Norris e Ronald Inglehart sustentam que, nas democracias contemporâneas, os alinhamentos eleitorais deslocam-se progressivamente do eixo econômico para o eixo cultural – e o caso brasileiro parece confirmar a tendência: a economia, tradicionalmente tratada como o grande critério definidor do voto, perde centralidade para as temáticas morais. É justamente esse terreno que o campo democrático poderia explorar com mais ênfase, disputando os significantes da soberania, do patriotismo e da solidariedade cristã em vez de restringir-se ao argumento econômico. Afinal, se há algo que a extrema direita compreendeu – e que a literatura sobre populismo, de Ernesto Laclau em diante, insiste em lembrar – é que a política se decide menos na planilha e mais na disputa pelos afetos e pelos símbolos que definem quem somos enquanto comunidade. ▲



ALESSANDRO COSTA



VIK MUNIZ EM CARTAZ NO MUSEU NACIONAL

Artista assina exposição inédita no Brasil. Mostra termina em 30 de agosto

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

A exposição “Rescaldos das Memórias”, assinada pelo artista plástico Vik Muniz, começou a ser concebida quando o Museu Nacional ainda ardia em chamas, em setembro de 2018. O artista se comoveu ao ver, pela televisão, o fogo destruir suas memórias de infância e resolveu fazer alguma coisa para ressignificar toda a tragédia. “O Vik Muniz entrou em contato imediatamente conosco, logo após o incêndio, porque ele tinha muitas memórias de infância no Museu Nacional, visitou muitas vezes as nossas exposições permanentes”, conta o diretor do Museu, o professor Ronaldo Fernandes. “Ele ficou muito comovido e então começamos uma parceria”, lembra. A exposição reúne quadros e esculturas que recriam parte do acervo perdido do Museu Nacio-

nal. As obras usam como matéria-prima as cinzas recolhidas no trabalho de rescaldo e de recuperação do palácio. “É um orgulho muito grande ter essa parceria com um artista tão renomado, em uma exposição que trabalha não só o acervo que foi perdido, mas, sobretudo, ressignifica essa perda”, afirma a museóloga Thaís Mayumi. As obras estão expostas na Sala das Vigas, local onde o incêndio começou, e seguem em cartaz até 30 de agosto. Muito emocionada, a psicóloga Rafaela Nascimento foi uma das visitantes durante a abertura oficial da exposição. “Entrar neste espaço nos dá a real dimensão da tragédia. É realmente uma tragédia para a pesquisa, para a memória, para a História”, diz. “Ao mesmo tempo, é um convite para ressignificarmos todos esses sentimentos e valorizar nossas instituições científicas. É muito bonito poder estar aqui e ver todo esse trabalho”. **OUTRAS EXPOSIÇÕES** Na sala ao lado, a exposição “Os Bastidores da Ciência” mostra as etapas técnico-



No alto, réplica do maior dinossauro carnívoro descoberto no Brasil encanta o público

Ao lado, o artista plástico Vik Muniz usou as cinzas do incêndio para recriar obras perdidas

ALESSANDRO COSTA



Criança contempla o crânio recriado de Luzia, nome atribuído ao fóssil humano mais antigo das Américas

-científicas do trabalho realizado pelos professores e pesquisadores que atuam no Museu Nacional. “O Museu Nacional vive porque produz conhecimento. O incêndio destruiu muita coisa, mas o trabalho da nossa instituição continuou”, afirma Thaís Mayumi. Do lado de fora, uma réplica do *Oxalaia quilombensis*, o maior dinossauro carnívoro descoberto no Brasil, encanta crianças e adultos de todas as idades. A réplica foi doada pelo Parque dos Dinos. A espécie pertence ao grupo dos espinossaurídeos e foi descoberta pelo professor Alexander Kellner, ex-diretor da unidade. “Estava

na Ilha do Cajual, no Maranhão, em uma expedição para coletar material. Um dia, resolvi ir caminhar pela praia. Lá pelas tantas, eu achei um pedaço da parte frontal, o focinho dele”, recorda o professor. A descrição completa da espécie em publicação científica ocorreu em 2011, mas o achado ocorreu em 1999. Até o momento, 35 mil pessoas visitaram as exposições desde a inauguração, em 21 de junho, data em que o Museu Nacional comemorou 208 anos. Todas as mostras ficam em cartaz até 30 de agosto. A entrada é gratuita. O Museu Nacional funciona de terça a domingo, das 10h às 16h. ▲



SEM TELAS. E DAÍ?

Especialistas e comunidade do Colégio de Aplicação discutem efeitos da proibição de uso de celulares nas escolas.

P. 08 e 09

ARTIGO

Ex-presidenta da ADUFRJ, professora Eleonora Ziller critica deliberações do Congresso do Andes.

P. 03



UFRJ

Universidade lança rádio FM. Professor Marcelo Kischinhevsky fala sobre o funcionamento da emissora.

P. 11

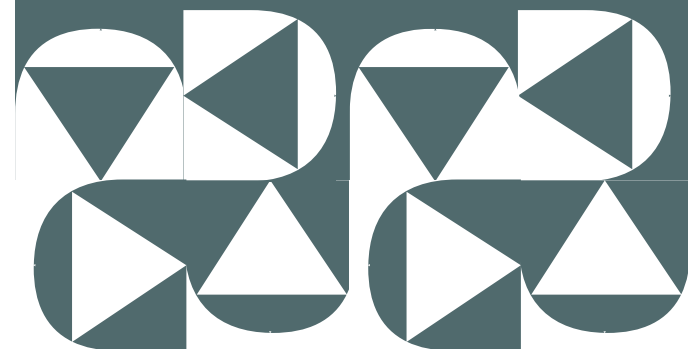
SUPLEMENTO CULTURAL DO JORNAL DA ADUFRJ. Nº 1.395 . 26.07.2026 .

HIPPERTT



OLHANDO ALÉM DOS RANKINGS

Pesquisadores mergulharam nos números dos rankings universitários internacionais para refletir sobre os caminhos da Ciência brasileira, em dois artigos publicados nesta estreia do Caderno D. A discussão vai além de uma eventual queda ou ascensão em relação ao ano anterior ou da comparação entre esta e aquela instituição, daqui ou do exterior. Para competir com as universidades que estão no topo - ou que estão chegando lá -, o país precisa fortalecer a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e a formação de recursos humanos altamente qualificados, com financiamento contínuo e infraestrutura adequada. **PÁGINAS 4 a 7**



ARTIGO

**ERIK GIUSEPPE
BARBOSA PEREIRA**
Professor da Escola de
Educação Física e Desportos

**FÁBIO VASCONCELOS
SOUSA**
Programa de
Pós-graduação em
Educação Física

**SANDRO HENRIQUE
PINTO DA SILVA**
Programa de Pós-graduação
em Educação Física

**DIEGO RAMOS DO
NASCIMENTO**
Grupo de Estudos
em Corpo, Esporte
e Sociedade da EEFD

QUANDO AS FRONTEIRAS ENTRAM EM CAMPO

A Copa do Mundo de Futebol costuma ser apresentada como a principal celebração das identidades nacionais no cenário esportivo internacional. Durante algumas semanas, bandeiras, hinos e símbolos nacionais ocuparam o centro das atenções, reforçando a ideia de que a competição representa um encontro entre diferentes povos. Entretanto, por trás dessa aparente exaltação das fronteiras nacionais, a Copa também revelou processos sociais que transcendem os limites dos Estados, especialmente aqueles relacionados às migrações e à globalização.

A realização da Copa do Mundo de 2026, sediada conjuntamente por Canadá, México e Estados Unidos, torna essa discussão ainda mais relevante. De um lado, as recentes políticas migratórias e restrições de entrada adotadas pelo governo estadunidense suscitaram debates sobre mobilidade internacional, desigualdades no acesso à circulação e os limites impostos à universalidade de um evento que se pretende global. De outro, a própria composição das seleções participantes evidenciou como as migrações contemporâneas transformaram as noções de pertencimento nacional. Cada vez mais, jogadores representam países distintos daqueles em que nasceram ou mantêm vínculos familiares, culturais e afetivos com múltiplos territórios, resultado de trajetórias marcadas por deslocamentos, diásporas e processos de naturalização.

Nesse sentido, a Copa constituiu um observatório privilegiado para compreender algumas das tensões centrais do mundo contemporâneo. Enquanto governos reforçaram mecanismos de controle sobre a circulação de determinadas populações, o futebol expôs a crescente interdependência entre sociedades e a formação de identidades transnacionais. Assim, este texto propõe refletir sobre duas dimensões da relação entre migração e Copa do Mundo: os impactos das restrições migratórias associadas à realização do torneio nos Estados Unidos e a influência da globalização na redefinição das nacionalidades e dos pertencimentos dos jogadores que disputaram a competição.

Esse torneio de proporções globais evidenciou tensões contemporâneas relacionadas com a realização de megaeventos esportivos e a implementação de políticas migratórias restritivas. O recrudescimento da política migratória dos EUA para esse evento pôde ser observado a partir da realização de inspeções ostensivas a delegações como no caso do Uzbequistão e do Senegal, bem como na negação de visto a

Em um cenário no qual quase 25% dos jogadores representam países diferentes daqueles em que nasceram, o futebol internacional contemporâneo constitui-se como um espaço privilegiado de negociação de identidades nacionais em um mundo globalizado



torcedores, dirigentes, integrantes de comissões técnicas e até mesmo a um árbitro somali da FIFA que estava devidamente credenciado para trabalhar no evento. O governo Trump, por meio de uma proclamação de proibição e limitação de entrada (travel ban), decretou proibições totais ou parciais de entrada nos EUA para cidadãos de 39 países e restringiu a emissão de vistos especificamente durante o período da competição alegando riscos à segurança nacional.

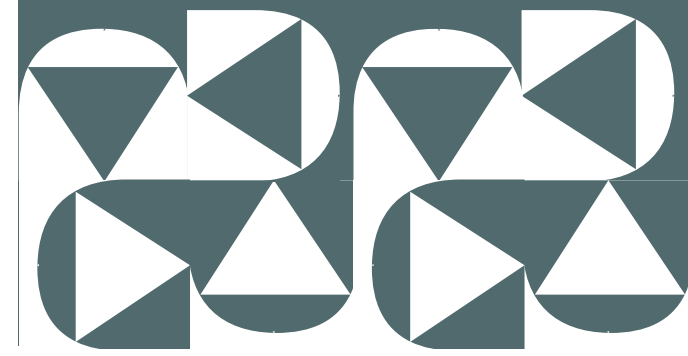
Nessa conjuntura, uma pergunta se faz mister: como conciliar a governança da mobilidade em uma competição esportiva de grande magnitude como a Copa do Mundo com a rígida arquitetura do controle de fronteiras entre países? Diferentemente das migrações de longo prazo, o fluxo gerado pelo megaevento configura-se como uma intensa mobilidade internacional temporária que provoca modificações significativas nas dinâmicas urbanas locais, com estimativas apontando para a mobilização de milhões de turistas ao longo do período do torneio, o que acaba por se configurar em um desafio adicional para todos os envolvidos na organização da competição.

O projeto de universalização do futebol promovido pela FIFA tem como pressuposto o compartilhamento de um espaço globalizado, no qual o futebol atua como um veículo de integração cultural e congraçamento entre povos no qual esteja garantida a livre circulação de todos os atores envolvidos na realização do evento. Nesse contexto, ficou imediatamente

estabelecido um cenário de contradição entre a autonomia das organizações transnacionais e a soberania das nações, principalmente quando a configuração em questão envolve políticas migratórias e segurança nacional. Se, por um lado, a FIFA prega uma universalidade que pressupõe garantia de livre acesso aos países-sede para as nações classificadas, em oposição a isso as exigências relacionadas com a segurança interna dos EUA estipularam obstáculos que se contrapõem frontalmente a esses ideais de multiculturalismo e coexistência. Essa assimetria revelou, infelizmente, que o megaevento esportivo passou a constituir-se também em um palco de disputas de poder onde burocracia e ideologia condicionam os fluxos de mobilidade global ao sabor da política externa da superpotência anfitriã.

Um olhar mais atento sobre as últimas Copas já apontava um aumento consistente na participação de jogadores nascidos no exterior em seleções nacionais, com uma diversidade crescente de países de origem. Este movimento pode ser explicado pela noção de corredores migratórios, em que a escolha de um atleta por outra bandeira costuma ser o resultado de fluxos históricos entre pares de países. Federações passaram a identificar e convocar com mais proatividade jogadores com dupla ou múltipla cidadania (caso do Marrocos atraindo marroquinos nascidos na Europa), e as regras de elegibilidade da FIFA reconfiguram o significado de “seleção” a cada edição. O futebol, como lembra a literatura, mantém uma lógica territorial baseada nos estados-nação, mas combina essa lógica com hibridismos culturais e multiterritorialidades. E essa combinação, mais do que uma contradição, é o seu modo contemporâneo de ser.

Em um cenário no qual quase 25% dos jogadores representam países diferentes daqueles em que nasceram, o futebol internacional contemporâneo constitui-se como um espaço privilegiado de negociação de identidades nacionais em um mundo globalizado. Observar a Copa de 2026 foi, em última instância, contemplar uma fotografia ampliada das sociedades que a produzem. Indagar a legitimidade das escolhas de convocação é exercício saudável, e perguntar até que ponto uma federação esportiva representa um povo e não apenas uma estratégia esportiva é questão democrática, e não apenas futebolística. Mas a alternativa não precisa ser o essencialismo: seleções sempre foram construções, ainda que por outros mecanismos, e o que se presencia em campo é menos a dissolução do futebol como expressão de identidade nacional e mais a sua reinvenção, um processo mais complexo, contraditório e, talvez por isso mesmo, mais fiel ao mundo que o produz. ▲



ARTIGO

**ELEONORA
ZILLER**
PROFESSORA DA
FACULDADE
DE LETRAS E
EX-PRESIDENTA
DA ADUFRJ



DESORGANIZANDES: MUDAR OU PERECER!

Estive em mais um Conad (Conselho Nacional de Associações de Docentes do ANDES), em São Luís, de três a cinco de julho. Alguns amigos me perguntam como ainda tenho paciência para tanto, mas a resposta é simples: precisamos muito de um bom sindicato. Com todos os problemas, rachas e burocratismos, nossa carreira, e a própria universidade pública que ainda hoje está de pé, é resultante de muitas batalhas coletivas travadas nas últimas décadas. Mas, então, qual o problema?

Havia dois pontos cruciais para serem debatidos no Conad: como o sindicato deve se posicionar nas eleições para presidente em outubro, e a constituição de uma comissão para construir propostas para a organização do próximo congresso. O primeiro é reprise de filme ruim: em nome de uma autonomia frente a governos e partidos, o ANDES escolhe um posicionamento genérico sobre o primeiro turno das eleições. É ruim porque a decisão demonstra exatamente o contrário do que ela declara: subordina o seu posicionamento a disputas partidárias internas do ANDES.

A diretoria e a maioria do plenário do ANDES parecem não compreender que a questão central no momento não é a avaliação do Lula ou as contradições do PT, até porque talvez sejamos a categoria profissional mais frustrada com o atual governo. Os anos de bonança do período Lula/Haddad geraram uma enorme expectativa que esteve longe de ser cumprida. O ponto central, que ficou fora do debate, é se iremos jogar toda a nossa força desde o primeiro turno para derrotar a extrema direita ou se vamos nos iludir que estamos diante de um processo eleitoral normal.

Os interesses externos são gigantescos, o jogo é pesado, e dessa vez entra em campo de forma explícita (e, de certa forma, também inédita) a intervenção do governo norte-americano. Por isso, achávamos que o ANDES deveria ter um papel central na construção de uma mobilização dos sindicatos e associações científicas para garantir uma votação expressiva, e quiçá no primeiro turno, na única alternativa que temos nesse momento capaz de impor uma derrota significativa à família.

Perdemos por apenas dois votos. Ou seja, a decisão foi ficar encolhido. O ANDES vai ficar “paradinho”, como em 2022.

ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

Em relação à possibilidade de pensar alternativas para a organização do próximo congresso, patinamos na mesmice de sempre, formando uma comissão majoritariamente comprometida

Há décadas convivemos com uma ideia de democracia sindical no Congresso do Andes que a cada ano se mostra mais contraditória e pouco eficiente



ELINE LUZ / IMPRENSA ANDES-SN

com a manutenção das coisas como elas estão. E como elas estão?

Há décadas convivemos com uma ideia de democracia sindical no Congresso do ANDES que a cada ano se mostra mais contraditória e pouco eficiente. Desde a inscrição de textos e propostas de resolução até o processo de votação, é enenado um “ritual metodológico” que tem como princípio básico garantir a aprovação das teses da diretoria, e não o debate e a organização das grandes questões, muitas consensuais, de interesse da categoria. Em resumo, como isso se dá:

1. Cria-se a mística do debate pela base, facilitando a inscrição de propostas de resolução que, por serem inúmeras, pulveriza a discussão, gerando imensos cadernos de textos, com centenas de páginas. A restrição começa aqui: apenas uma militância aguerrida se debruça sobre a totalidade de contribuições.

2. Criam-se grupos de discussão, que são formados teoricamente por um sorteio aleatório. A ordem dos textos a serem votados é decidida arbitrariamente, de modo que cada grupo terá uma sequência diferente de textos a serem discutidos. Dessa forma, diz o “método”, se garante que todos os textos sejam debatidos em pelo menos em um grupo.

3. Parece democrático, ninguém escolhe seu grupo, ninguém escolhe o que vai discutir. Mas só parece. Os grupos possuem uma formação “aleatória”, ninguém se conhece. Mas em todos os grupos temos ao menos um representante da diretoria, que leu, estudou, mapeou todos os textos e sempre apresenta uma orientação para a votação.

4. Os textos são numerados, aqueles que não possuem destaques são imediatamente apro-

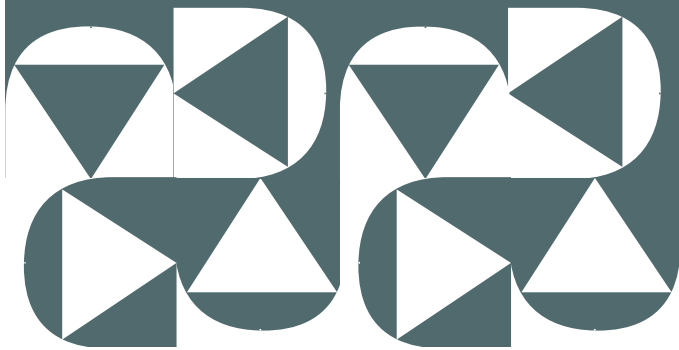
vados, sem qualquer discussão. Os que recebem destaques são debatidos e votados. Parece democrático porque as teses minoritárias, com ao menos 30% dos votos, irão à plenária para serem votadas.

5. São horas e horas de discussões e votações de destaques, só que você está colocado num grupo com pessoas que não escolheu, discutindo temas que também não escolheu, e o que é pior desse “método democrático” é que as grandes questões consensuais, as grandes tarefas nacionais, são votadas em segundos.

6. Com essa organização, um representante de uma Associação que apresentou uma proposta de reorganização da carreira pode ser “sorteado” para um grupo que sequer vai debater a sua proposta, que será debatida em outro grupo, sem a presença de alguém de sua delegação, e o projeto poderá ser rejeitado sem que ninguém tenha conseguido defendê-lo.

7. Conclusão: o grande Congresso do ANDES se organiza em torno das disputas das diferenças e de forma a garantir o controle de todo o processo por parte da diretoria, e não em torno da construção das grandes pautas nacionais, debatidas por quem entende do assunto, ou por quem viajou quilômetros para debater-las.

Tudo isso acontece em extenuantes jornadas de 12 a 14 horas de discussão, num emaranhado de questões organizadas por um “supermétodo” que paira acima de todos. Sim, já foi pior! Antes, as reuniões nem tinham teto para acabar e entravam madrugada adentro. Muitas mudanças pontuais foram conquistadas pelas bancadas minoritárias, mas já passou da hora de entendermos que esse sindicato precisa de mudanças, de muitas mudanças. ▲



ARTIGO

UNIVERSIDADES BRASILEIRAS* PERDEM ESPAÇO NOS RANKINGS INTERNACIONAIS, E MAIOR ALERTA É NAS INSTITUIÇÕES FLUMINENSES

Os rankings universitários internacionais tornaram-se uma das principais ferramentas utilizadas para comparar instituições de ensino superior em escala global. Nesta primeira semana de junho, foi divulgada a edição de 2026 do *Center for World University Rankings (CWUR)*, um dos principais rankings globais de universidades. Os resultados mostram uma tendência preocupante para o Brasil, com especial destaque para a queda de rendimento das instituições federais do Estado do Rio.

A maior parte das universidades brasileiras perdeu posições em relação ao ano anterior, especialmente no componente de pesquisa, que responde por 40% da pontuação total do ranking.

Uma análise dos indicadores mostra que a principal diferença entre as universidades brasileiras mais bem posicionadas e as instituições que lideram o ranking mundial não está necessariamente na produção científica, mas sobretudo nos componentes relacionados ao sucesso acadêmico e profissional de seus egressos e ao acúmulo histórico de prestígio acadêmico.

SETE INDICADORES E QUATRO DIMENSÕES

A metodologia desse ranking combina sete indicadores agrupados em quatro dimensões principais. Qualidade da educação (25%), medida pelo sucesso acadêmico de ex-alunos laureados; empregabilidade (25%), baseada na presença de egressos em posições de liderança nas maiores empresas do mundo são alguns dos itens.

Além destes, estão também a qualidade do corpo docente (10%), avaliada a partir da presença de professores agraciados com importantes distinções acadêmicas internacionais; e a pesquisa (40%), composta por indicadores de

Enquanto universidades como Harvard ocupam a primeira posição mundial em Educação, Empregabilidade, Corpo Docente e Pesquisa, as instituições brasileiras apresentam desempenho relativamente mais competitivo apenas em Pesquisa

produção científica, publicações de alta qualidade, influência científica e impacto por citações. O resultado é um retrato institucional fortemente orientado por métricas de desempenho acadêmico e científico de longo prazo.

Entre as três universidades brasileiras mais bem colocadas (USP, Unicamp e UFRJ), observamos perfis bem distintos.

A USP destacou-se principalmente pela pesquisa, ocupando a 82ª posição mundial nesse indicador, muito à frente de seus resultados em Educação (549ª), Empregabilidade (390ª) e Corpo Docente (203ª).

A Unicamp apresentou padrão semelhante, com desempenho mais forte em Pesquisa (117ª) do que em Educação (854ª), Empregabilidade (516ª) e Corpo Docente (266ª). Esse perfil reflete uma consolidação da Unicamp como uma universidade de excelência científica e tecnológica.

A UFRJ, por sua vez, apresenta um perfil distinto. Embora ocupe a 407ª posição em Pesquisa, alcança colocações relativamente melhores em Corpo Docente (176ª) e Educação (504ª), enquanto figura na 489ª posição em Empregabilidade.

Esses resultados refletem a importância histórica da antiga Universidade do Brasil na formação de lideranças científicas, intelectuais e acadêmicas ao longo do século XX. Mas mostra, comparativamente à USP e Unicamp, um desempenho abaixo em pesquisa.

COMPETITIVIDADE MAIOR É EM PESQUISA

O contraste no histórico de evolução desses indicadores entre as duas mais bem colocadas no ranking levanta a questão de até que ponto a UFRJ tem conseguido converter sua tradição acadêmica e sua capacidade de formação de recursos humanos em competitividade científica internacional.

Enquanto universidades como Harvard ocupam a primeira posição mundial em Educação,

Empregabilidade, Corpo Docente e Pesquisa, as instituições brasileiras apresentam desempenho relativamente mais competitivo apenas em Pesquisa.

A posição de Harvard se dá por conta dos indicadores associados à formação de laureados internacionais e à presença de ex-alunos em posições de liderança nas maiores empresas globais.

Esses indicadores refletem efeitos de longo prazo e dependem de uma massa crítica ainda maior de produção científica de alto impacto para se traduzirem em reconhecimento internacional.

Essa distinção é importante porque nem todos os indicadores do ranking capturam a mesma dimensão temporal do desempenho universitário. Os componentes Educação e Corpo Docente refletem, em grande medida, o legado acumulado pelas instituições ao longo de décadas.

E baseiam-se no sucesso de ex-alunos e no reconhecimento internacional de seus docentes — um desafio adicional para universidades brasileiras, em geral mais jovens e ainda em consolidação.

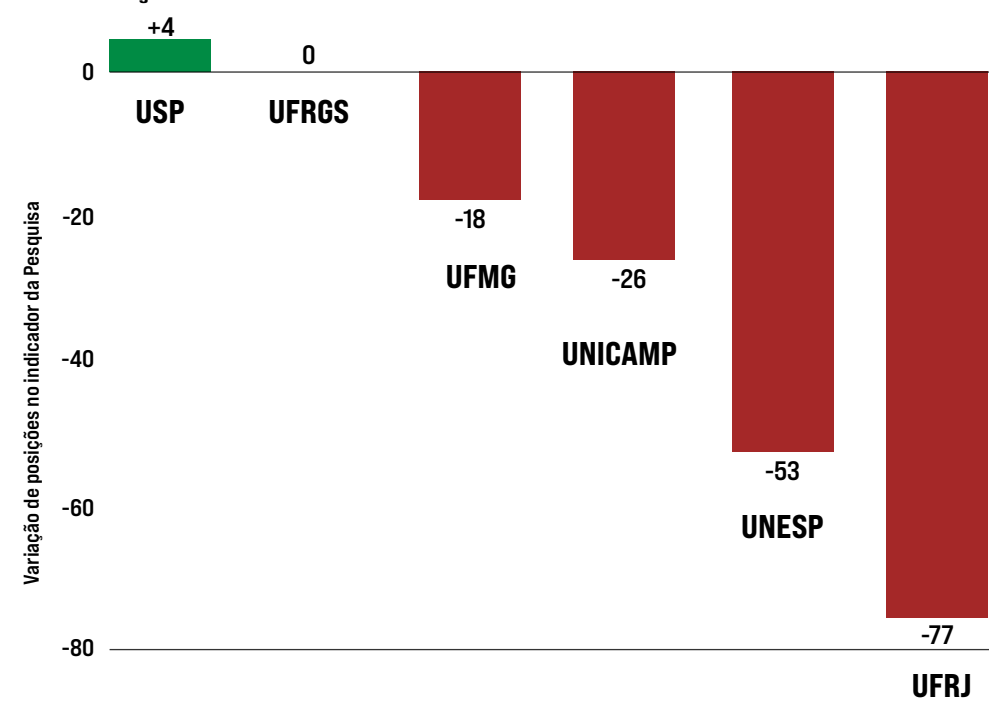
Já o componente Pesquisa está associado à capacidade contemporânea de geração de conhecimento, sendo construído a partir de indicadores de produção científica, publicações de alta qualidade e impacto por citações acumulados ao longo de aproximadamente uma década.

Esses indicadores, por seu maior peso no ranking, refletem o desempenho científico das universidades e sua capacidade de sustentar protagonismo no futuro.

ATENÇÃO AOS RESULTADOS DE 2026

Os resultados de 2026 merecem atenção e refletem uma tendência dos últimos anos. Quando se observa especificamente a classificação em pesquisa (“Research Rank”), as seis mais bem

INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS LÍDERES NO CWUR



Variação acumulada de posições das instituições brasileiras líderes no indicador de Pesquisa (Research Rank) do CWUR entre 2020 e 2026. Valores positivos indicam ganho de posições e valores negativos indicam perda de posições no ranking. A USP foi a única instituição a melhorar sua colocação no período, enquanto a UFRGS permaneceu estável e as demais universidades perderam posições.

posicionadas universidades brasileiras apresentaram, em sua maioria, perda de posições acumulativa desde 2020.

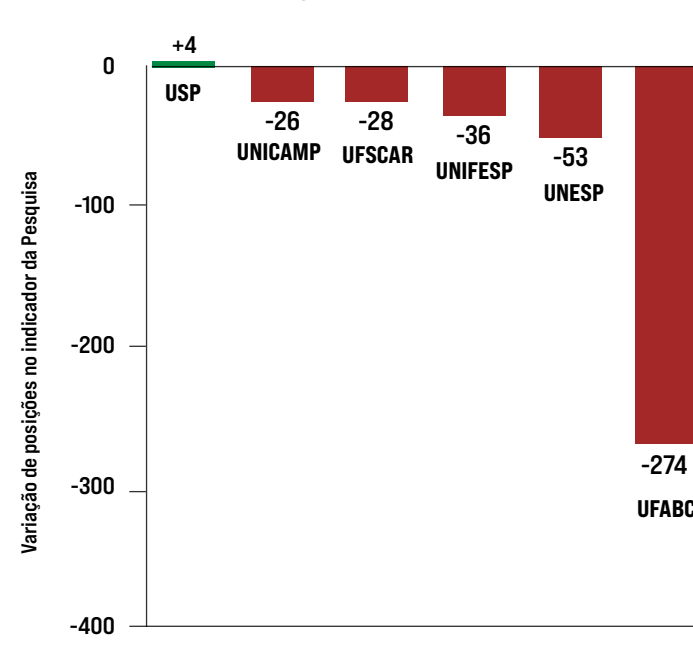
De 2025 para 2026, a USP recuou da 81ª para a 82ª posição mundial, a Unicamp da 327ª para a 340ª, a Unesp da 428ª para a 450ª, a UFRJ da 393ª para a 407ª, a UFRGS da 445ª para a 446ª e a UFMG da 480ª para a 484ª posição.

O quadro torna-se ainda mais expressivo

quando se observa o desempenho das principais instituições fluminenses. Entre 2025 e 2026, a UFRJ recuou 14 posições no item Pesquisa. A Fiocruz caiu 20, de 634ª para 654ª. A UERJ recuou 17, caindo do 833º para 850º lugar. E a UFF despenhou 23 pontos, indo do 938º para o 961º.

Embora as universidades paulistas também tenham perdido posições, a magnitude das quedas foi substancialmente menor

INSTITUIÇÕES PAULISTAS



Variação acumulada de posições das principais instituições de pesquisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro no indicador de Pesquisa (Research Rank) do CWUR entre 2020 e 2026. Valores positivos indicam ganho de posições e valores negativos indicam perda de posições no ranking. Apenas a USP melhorou sua colocação no período. No Rio de Janeiro, o IOC (Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz) apresentou a menor variação, enquanto as quedas mais importantes ocorreram no CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) e na PUC-Rio.

CLAUDIA PINTO FIGUEIREDO
INSTITUTO DE BIOFÍSICA UFRJ

ABILIO AFONSO BAETA NEVES
PUCRS E UFRGS

CONCEPTA MCMANUS
UNB

MARCELO ALVES DA SILVA MORI
INSTITUTO DE BIOLOGIA UNICAMP



CIÊNCIA NÃO É GASTO, MAS POLÍTICA DE ESTADO

Mais do que uma discussão sobre posições em rankings, os resultados do CWUR trazem uma reflexão importante sobre os caminhos da ciência brasileira. Os países que lideram a produção científica sustentam há décadas políticas de Estado voltadas ao fortalecimento contínuo da pesquisa básica, da pesquisa aplicada e da formação de recursos humanos altamente qualificados.

A inovação não surge em substituição à ciência de excelência. Ela é consequência dela. Tecnologias transformadoras, novos medicamentos, inteligência artificial, biotecnologia e transição energética nasceram de investimentos persistentes em pesquisa de qualidade, frequentemente muito antes de qualquer aplicação comercial previsível.

O Brasil conquistou uma vitória importante ao garantir o descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Este resultado é fruto da mobilização da comunidade científica e do reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da importância estratégica da ciência para o desenvolvimento do país.

No entanto, a existência de recursos, por si só, não garante ganhos de competitividade científica. É necessário que esses investimentos fortaleçam efetivamente a pesquisa de ponta, a infraestrutura científica, os programas de bolsas e a formação de novos pesquisadores.

Nos últimos anos, a Finep, principal gestora dos recursos do FNDCT, ampliou significativamente sua atuação em programas voltados à inovação, ao empreendedorismo e à interação com o setor produtivo.

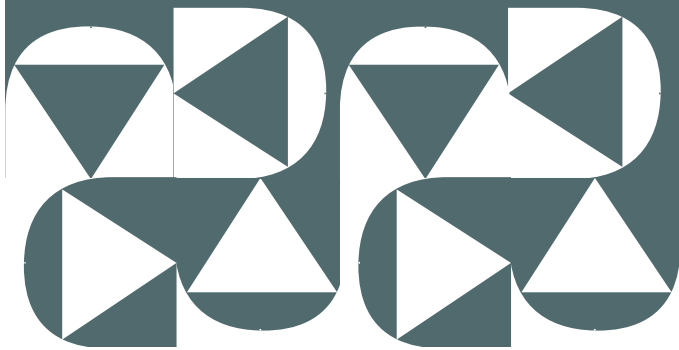
Trata-se de objetivos legítimos e fundamentais para o desenvolvimento nacional. No entanto, os resultados observados em rankings internacionais como o CWUR sugerem a necessidade de reflexão sobre o equilíbrio entre essas iniciativas e os investimentos direcionados à pesquisa científica básica de excelência.

A experiência dos países que lideram a produção de conhecimento e a inovação tecnológica mostra que a inovação sustentável não substitui a ciência de qualidade: ela emerge dela.

O desafio brasileiro não é escolher entre pesquisa básica, pesquisa aplicada ou inovação. É compreender que essas dimensões são complementares e que o desenvolvimento sustentável de um país depende do fortalecimento simultâneo de todas elas.

Sem uma base científica robusta, internacionalmente competitiva e capaz de formar novas gerações de pesquisadores, dificilmente será possível sustentar, no longo prazo, a capacidade inovadora que o país almeja construir. ▲

*Artigo publicado originalmente no site *The Conversation*



A ASCENSÃO DA CHINA* E O DESAFIO BRASILEIRO NOS RANKINGS UNIVERSITÁRIOS

A queda de universidades brasileiras em rankings internacionais costuma ser noticiada como se fosse uma radiografia direta da qualidade nacional. Não é. Rankings são medidas relativas, com metodologias próprias, mudanças de cobertura e pesos diferentes para reputação, pesquisa, inserção internacional e impacto bibliométrico. Ainda assim, quando indicadores distintos apontam na mesma direção, eles podem revelar alterações estruturais importantes. Esse é o caso da ascensão chinesa.

Recentemente, C. Figueiredo e colaboradores publicaram aqui no *The Conversation Brasil* a análise “Universidades brasileiras perdem espaço nos rankings internacionais, e maior alerta é nas instituições fluminenses”. O artigo chama atenção para a perda de posições das instituições brasileiras e, em particular, para a situação das universidades do Rio de Janeiro.

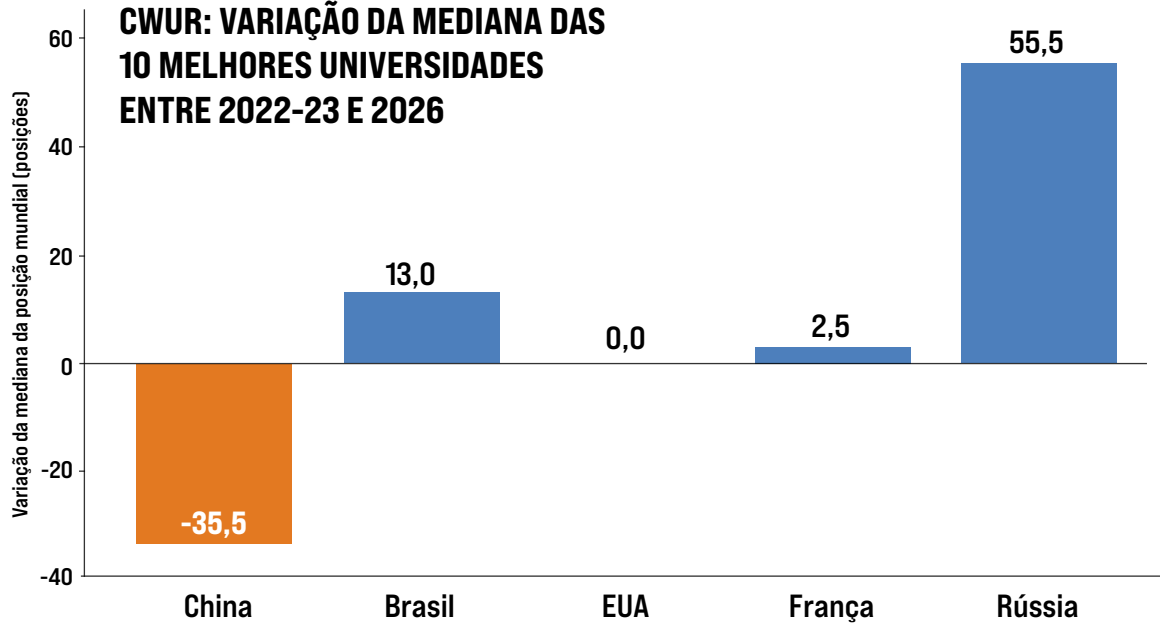
Aqui, ampliamos essa discussão. Em vez de observar apenas as universidades brasileiras, comparamos a evolução de Brasil, China, Rússia, França e Estados Unidos em três bases distintas: dois rankings institucionais, QS e CWUR, e um indicador bibliométrico baseado em pesquisadores altamente citados, associado à Elsevier. A pergunta central é como a posição relativa do Brasil evoluiu diante da ascensão chinesa e de sistemas científicos já consolidados.

China e Brasil são o contraste principal da análise. Estados Unidos e França foram incluídos como referências de sistemas universitários historicamente dominantes, enquanto a Rússia permite comparar o Brasil com outro membro dos BRICS, embora sob condições institucionais e geopolíticas muito diferentes.

O CWUR: PERDA BRASILEIRA E AVANÇO CHINÊS

O *Center for World University Rankings (CWUR)* classifica as duas mil universidades mais bem colocadas em um universo de dezenas de milhares de instituições avaliadas. Em 2026, foram

O Brasil, por sua vez, não pode tratar a perda relativa como mero acidente anual: ela é um sinal para proteger financiamento, infraestrutura, carreiras científicas e a capacidade das universidades públicas de competir.



Variação da mediana das posições mundiais das dez universidades mais bem colocadas de cada país no CWUR, entre 2022-23 e 2026. Valores negativos indicam melhora da posição. Fonte: elaboração do autor a partir de CWUR

consideradas 21.291 instituições. O ranking combina dimensões de educação, empregabilidade, corpo docente e pesquisa; por isso, sua leitura é particularmente útil quando o foco é a posição acumulada de universidades no sistema mundial.

Para reduzir o ruído de oscilações individuais, usamos a mediana das posições mundiais das dez universidades mais bem colocadas de cada país. Entre 2022-23 e 2026, a China foi a única entre os cinco casos que apresentou ganho relevante: a mediana de suas dez melhores universidades melhorou 35,5 posições. O Brasil perdeu 13 posições; a França, 2,5; os Estados Unidos ficaram praticamente estáveis; e a Rússia perdeu 55,5 posições.

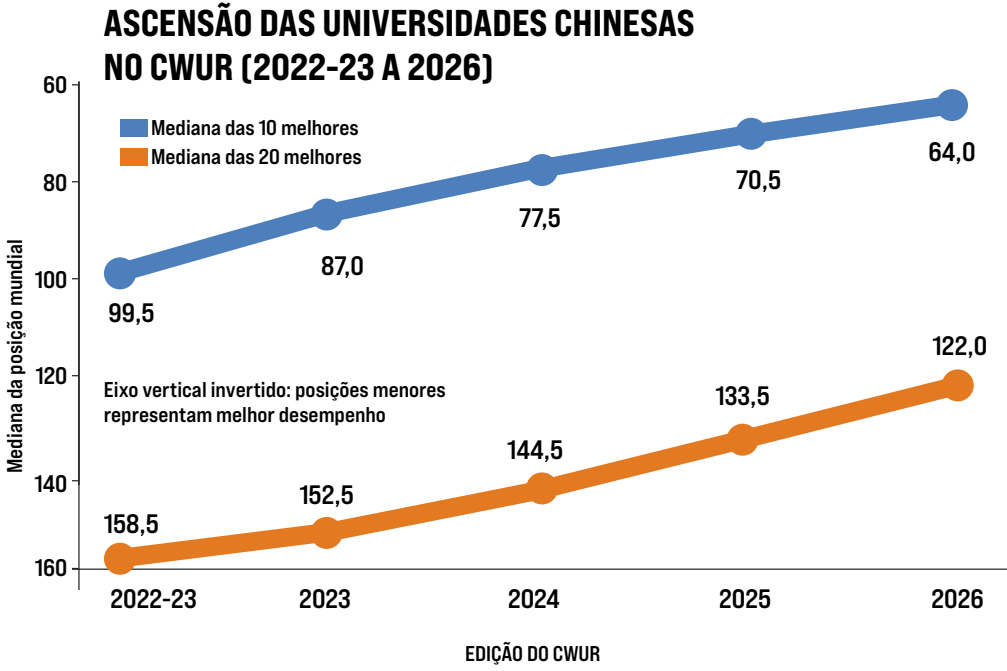
O resultado não significa que uma universidade chinesa isolada tenha necessariamente se tornado superior a qualquer instituição de outro

país. Significa que, na parte alta da distribuição, o conjunto das universidades chinesas avançou de maneira sistemática. É justamente esse caráter coletivo que torna a tendência mais relevante do que a melhora de uma única universidade.

A CHINA NÃO SOBE APENAS COM A SUA UNIVERSIDADE LÍDER

A evolução chinesa fica ainda mais nítida quando o recorte é ampliado. A mediana das dez melhores universidades chinesas passou de 99,5 para 64,0 no CWUR. Entre as vinte melhores, a mediana caiu de 158,5 para 122,0. Como posições menores representam melhor desempenho, as duas séries indicam avanço: 35,5 posições para o grupo das dez e 36,5 para o grupo das vinte.

Esse ponto importa porque distingue “efeito de vitrine” de fortalecimento sistêmico. O avan-



Evolução da mediana das posições mundiais das dez e das vinte universidades chinesas mais bem colocadas no CWUR. O eixo vertical é invertido: posições menores indicam melhor desempenho. Fonte: elaboração do autor a partir do CWUR.

ço das vinte melhores acompanha o das dez melhores, o que sugere que a melhora não está restrita à Tsinghua, Pequim ou a um punhado de instituições já consolidadas. A China vem alargando a densidade de sua elite universitária.

QS E ELSEVIER: DUAS LENTES DIFERENTES

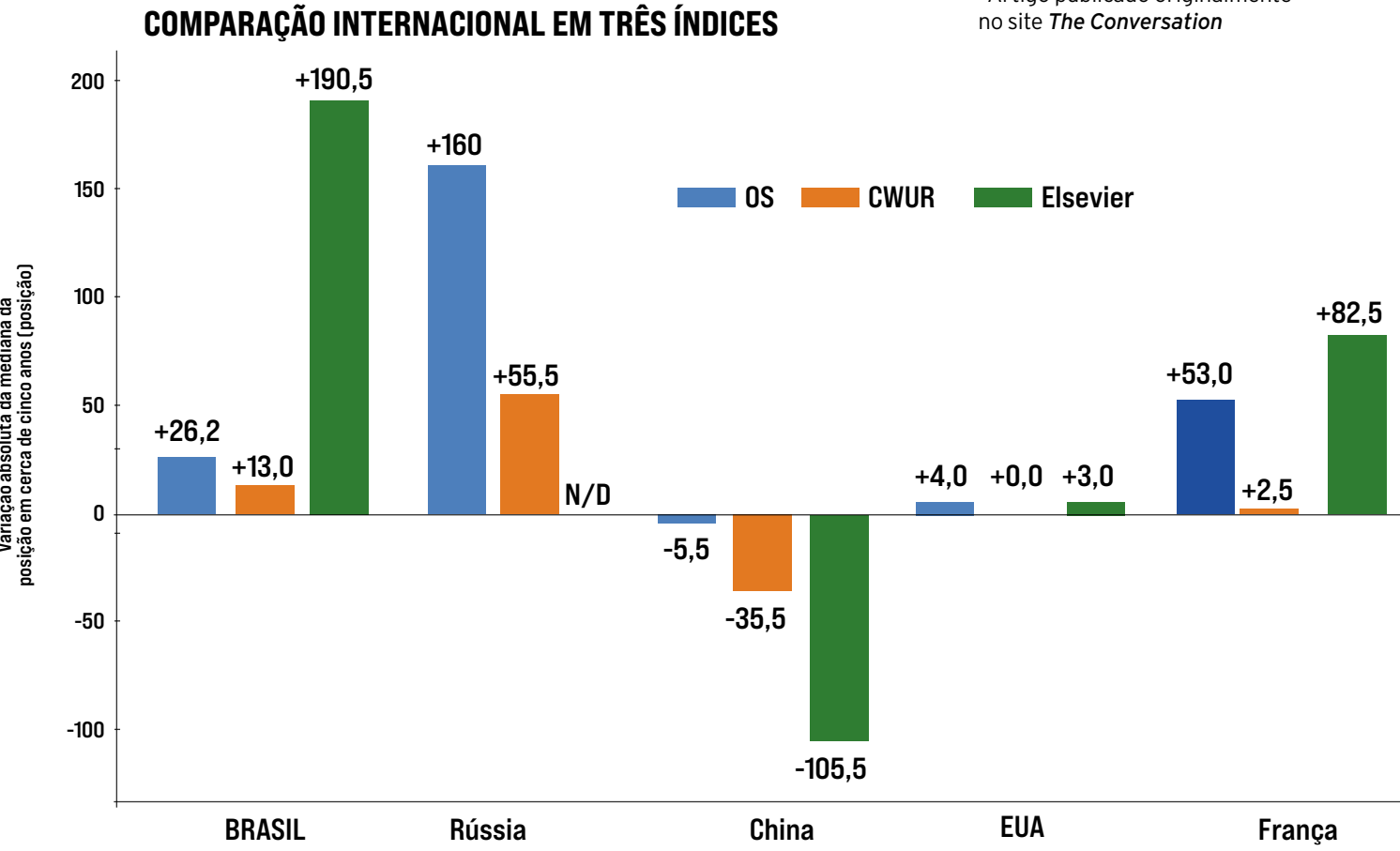
O QS mede universidades com uma arquitetura diferente da do CWUR, atribuindo peso importante a reputação acadêmica, reputação entre empregadores, internacionalização e outros indicadores. Já a base Stanford-Elsevier não é um ranking de universidades: identifica pesquisadores de alto impacto no Scopus por subárea, combinando citações, índices de citação e posições de autoria em um indicador composto. A edição mais recente disponível mede citações recebidas em 2024; a comparação aqui a confronta com 2019.

Na terceira figura, o indicador é a variação absoluta da mediana da posição da elite nacional, e não uma variação percentual. Essa escolha é deliberada. Percentuais de ranking distorcem comparações entre países próximos do topo e países na faixa 500 ou 600. Assim, números negativos representam melhora; positivos, piora. Os períodos não são idênticos: QS compara 2022 a 2027, CWUR compara 2022-23 a 2026 e Elsevier compara 2019 a 2024. O objetivo não é transformar os três índices em uma escala única, mas verificar a direção da mudança em cada um deles.

A leitura conjunta é clara em um ponto: a China melhora nos três instrumentos. No QS, sua elite universitária avança; no CWUR, o ganho é mais acentuado; e na base Elsevier há forte melhora da posição mediana de seus dez pesquisadores mais bem classificados no impacto anual. A convergência entre ranking institucional e bibliometria individual reforça a interpretação de que não se trata apenas de

mudança cosmética de metodologia.

O Brasil apresenta uma situação diferente. No CWUR, há perda de posição; no QS, a mediana também piora em termos absolutos; e, na Elsevier, a elite científica selecionada no recorte perde posição. Isso não autoriza concluir que a ciência brasileira “piorou” de modo simples ou homogêneo. A produção científica nacional continua ampla e várias universidades mantêm desempenho de destaque em áreas específicas. O que os dados mostram é uma perda relativa de espaço diante de sistemas que avançam com maior veloci-



Variação absoluta da mediana da posição da elite nacional nos três indicadores. QS: dez melhores universidades, 2022-2027; CWUR: dez melhores universidades, 2022-23 a 2026; Elsevier: dez pesquisadores com maior impacto anual, 2019-2024. Valores negativos indicam melhora. N/D: dado russo da Elsevier não foi incluído por exigir validação adicional de afiliações. Fontes: QS, CWUR e base Stanford-Elsevier; cálculos do autor

para detectar tendências quando usados com método, transparência e mais de uma fonte.

A mensagem principal é simples. A China não aparece em ascensão apenas em um ranking, nem apenas por uma universidade de exceção. Ela avança no CWUR, no QS e na bibliometria de pesquisadores de alto impacto, e seu avanço alcança tanto as dez quanto as vinte melhores instituições. O Brasil, por sua vez, não pode tratar a perda relativa como mero acidente anual: ela é um sinal para proteger financiamento, infraestrutura, carreiras científicas e a capacidade das universidades públicas de competir internacionalmente.

METODOLOGIA E FONTES

Em CWUR e QS, cada país foi representado pela mediana das posições mundiais de suas dez universidades mais bem colocadas. Quando uma edição apresentou intervalos de posição, foi usado o ponto médio do intervalo. Na base Stanford-Elsevier, selecionaram-se os dez pesquisadores por país com melhor posição no indicador anual de impacto, baseado em citações recebidas no ano, e calculou-se a mediana de suas posições. A comparação Elsevier usa afiliação institucional, não nacionalidade. Os valores devem ser lidos como movimentos relativos em listas internacionais, não como medidas diretas de qualidade absoluta. ▲

O autor agradece a Leonardo Tinoco, da PR2/UFRJ, pelas inúmeras discussões sobre os rankings.

*Artigo publicado originalmente no site *The Conversation*

‘A GENTE DE FATO ESTÁ DISPONÍVEL PARA AS CRIANÇAS?’

Provocação da professora Beatriz Sancovschi, do Instituto de Psicologia, resume a complexidade das relações com uma geração atravessada por telas de smartphones e tablets

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Há um consenso entre especialistas sobre o impacto nocivo do uso excessivo de telas e redes sociais em crianças e adolescentes, com corpos, cérebros e subjetividades ainda em formação. Esse acordo científico se traduziu no Brasil em políticas públicas para tentar enfrentar o problema. Alguns exemplos são a proibição nacional dos celulares nas salas de aula, pela Lei nº 15.100, e a aplicação de regras mais rígidas de acesso de crianças e adolescentes a redes sociais pelo “ECA Digital”. No entanto, a psicologia alerta que o desafio vai muito além de desligar aparelhos ou bloquear algoritmos. “Existe uma transformação cognitiva dessas crianças e jovens com o advento dessas novas tecnologias”, afirma a professora Beatriz Sancovschi, do Instituto de Psicologia da UFRJ e especialista em Cognição Contemporânea.

A transformação cognitiva e emocional é um dos eixos do documento “A Psicologia frente ao mundo digital”, lançado ano passado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). A docente fez parte do grupo de trabalho que elaborou o material. “Existe a articulação das nossas pesquisas com o grupo do CFP que assessorou o governo federal nas ações e políticas públicas sobre o tema”, conta.

A restrição, por si só, não dá conta da complexidade das relações entre crianças e telas. O cenário atual impõe a escolas e famílias a missão de ir além da contenção legal e assumir o que o guia chama de “mediação qualificada”, reconstruindo espaços de convivência e a subjetividade de uma geração moldada pelo ambiente digital. “A lei que proíbe os celulares nas escolas é muito interessante, mas a escola consegue oferecer espaços de qualidade para essas crianças? A quadra está disponível? A bola está à disposição? Essa escola está num ambiente seguro, sem tiroteios?”, questiona. “Muitas vezes, os pais estão nos celulares, trabalhando. As crianças não podem sair de casa, e os



HIPPERTT / MAGNIFIC AI



SILVANA SÁ

Beatriz Sancovschi e Virgínia Kastrup

amiguinhos, tampouco. Quando a gente complexifica o problema, a gente consegue entender melhor o que está em jogo”, afirma.

Beatriz acredita que a abordagem sobre as telas precisa estar em sintonia com a realidade familiar, numa busca por redução de danos. “É necessária uma relação de cuidado mais do que de controle”, defende. “A criança precisa desse olhar do adulto e, muitas vezes, esse adulto não olha para si mesmo, para ver o quanto ele próprio fica na tela”, aponta. “Há estu-

dos que indicam o quanto é nocivo para o desenvolvimento de uma criança você interromper o tempo inteiro a interação com ela porque você está fazendo outra coisa. Então, fica a pergunta: a gente de fato está disponível para as crianças hoje?”

As redes sociais têm problemas ainda mais graves. Os algoritmos criados para manter as pessoas presas à tela vão se atualizando de acordo com as mudanças sociais. “Até o discurso de não poder ficar nas telas já foi capturado. Hoje há contas nas redes sociais para adolescentes. A propaganda diz que os pais podem ficar tranquilos, porque agora seus filhos estão seguros. E aí a gente já perdeu os filhos de novo. Eu posso terceirizar a uma empresa o cuidado com os meus filhos?”, pergunta.

MECANISMOS QUE VICIAM

Os efeitos viciantes do celular e outros dispositivos tecnológicos também são vastamente estudados. De acordo com o Relatório Digital 2024, da DataReportal, o Brasil é o segundo país com maior consumo diário de internet no mundo. Em média, os brasileiros gastam 9 horas e 13 minutos na rede por dia, atrás apenas da África do Sul. São 3 horas a mais que a média mundial. Desse total, quase 4 horas do dia são gastas nas redes sociais.

“Não há um interesse das empresas em promover o lazer. O objetivo é realmente a adição, para que o usuário se prenda ali e se torne dependente do capitalismo de plataformas”, analisa a professora Virgínia Kastrup, titular do Instituto de Psicologia e especialista em Psicologia Cognitiva. “Quando as redes sociais criam uma barra de rolagem infinita, a ideia é mesmo a ausência de limites em sua utilização. Não existe início, meio e fim. Sempre há o algo a mais para ser visto”, afirma a docente. “Ao mesmo tempo que atraem a atenção, os conteúdos precisam ser muito rasos e não suscitar esforço intelectual, para que você possa ver e rapidamente passar para o próximo”.

Para a professora, existe uma infância antes e após o celular. “Num primeiro momento, houve um entusiasmo pouco crítico em relação ao uso das telas. Muitas pessoas achavam que esse seria o universo das crianças no futuro e que era necessário tratar com certa naturalidade esse uso. Aos poucos, no entanto, os estudos foram mostrando que havia muito mais problemas do que se imaginava”, conta Virgínia. “A normalização desse uso foi revista. Hoje, há uma atitude muito mais prudente, que requer uma avaliação mais ampla do tema”.

As docentes também acreditam que as discussões sobre o uso das telas precisam levar em consideração o elemento de classe social e as transformações do mundo do trabalho. “Hoje, muitos pais chegam do trabalho e continuam resolvendo as pendências do dia. Há uma dimensão do uso do celular que não é só distração e lazer. E aí, nesse cenário, restam às crianças, muitas vezes, a tela”, exemplifica.

Os estudos da economia da atenção mostram que o principal produto hoje, sobretudo na internet, é a atenção do usuário. Daí o empenho no desenvolvimento de ferramentas para prender cada vez mais os usuários às telas. “O bem mais caro, na era do capitalismo de plataformas, é a sua atenção. A sua atenção está sendo monetarizada e isso produz efeitos. A atenção que demanda esforço para se manter concentrada vai se tornando, com o tempo, uma habilidade cognitiva cada vez mais rara”, alerta. “Os conteúdos passam a ser ou muito fáceis ou impossíveis. Quando eu me deparo com algo que não compreendo muito bem, eu passo adiante”, exemplifica. “Tudo o que demanda mais atenção, mais tempo e é mais complexo vai se tornando intolerável e isso vai produzir muitos efeitos nas crianças, nos jovens e nos adultos”.

Para as professoras, o desafio da Educação é fazer com que o uso das novas tecnologias digitais coexista com o pensamento, sem deixar de produzir o conhecimento crítico. “A dimensão do pensamento crítico e da invenção não pode ser abandonada”, conclui Virgínia Kastrup. ▲



FERNANDO SOUZA

CAP APOSTA NO DIÁLOGO SOBRE USO DE TELAS

Professores e responsáveis do Colégio de Aplicação avaliam o primeiro ano da lei que regulamenta o uso de dispositivos eletrônicos nas escolas de todo o país. MEC apresentou em 30 de junho os resultados da primeira pesquisa nacional sobre o tema

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A Lei 15.100, que limita o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos em escolas, completou um ano e meio e seus efeitos começam a ser medidos pelas comunidades escolares. De acordo com o Diretor-Adjunto de Ensino do Colégio de Aplicação, professor Jorge Felipe Marçal Gomes, os estudantes passaram a interagir mais durante os intervalos. Antes, as relações durante o horário de recreio eram muitas vezes mediadas por celulares. “A nossa percepção geral é de que a interação dos estudantes aumentou a partir da restrição do uso de celular e outros aparelhos digitais, tanto disciplinar quanto do ponto de vista das ações pedagógicas”, analisa. “Ajudou bastante o fato de a escola ter alguns equipamentos de jogos como totó, pingue-pongue, e o uso da quadra com combinados construídos pela direção da escola junto aos representantes de turma”, analisa.

A avaliação do docente coincide com os resultados da pesquisa nacional ‘1º ano da Lei nº 15.100/2025’, que avalia a implementação da

PESQUISA DO MEC

8.189 escolas públicas e privadas ouvidas

97% concordam que a lei contribuiu para ampliar a participação nas atividades pedagógicas

95% concordam que a medida melhorou a concentração dos alunos

95% concordam que a lei estimulou a socialização presencial

92% das escolas já implementaram a lei

88% relatam redução de agressões e cyberbullying

87% relatam ações de ampliação da educação digital

86% perceberam redução da ansiedade dos estudantes

67% afirmam que aumentaram as atividades manuais e lúdicas

PRIORIDADES:

67% parceria com as famílias

61% formação docente

60% melhoria dos espaços de lazer

49% educação digital e midiática

legislação. Os dados foram apresentados em 30 de junho, em coletiva de imprensa com a participação da secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Kátia Schweickardt. É a primeira pesquisa realizada sobre este tema com abrangência nacional. Foram ouvidos gestores de 8.189 escolas públicas e privadas de todas as regiões brasileiras, selecionadas por amostragem probabilística.

A pesquisa aponta que 92% das escolas públicas e privadas do Brasil já implantaram a Lei 15.100. Os dados indicam que 97% dos gestores concordam que a medida contribuiu para ampliar a participação dos alunos nas atividades pedagógicas. Para 95% deles, a lei melhorou a concentração dos alunos em sala de aula e estimulou a socialização presencial. A maioria dos gestores (86%) acredita também que a lei contribuiu para diminuir a ansiedade dos estudantes na escola (veja quadro). “Diferente de outras leis natimortas, essa lei nasce com força. Os números indicam que 174 mil escolas de ensino básico já implementaram a lei. Dessas, 138 mil são públicas”, comemorou a secretária Kátia Schweickardt.

Para o professor Jorge Felipe, a saúde mental é um dos focos de maior preocupação. “A gente tem quadros de estudantes que desenvolveram questões gravíssimas, inclusive com ferimentos autoprovocados, pelo uso excessivo de telas”, revela. “Não dá para dissociar a pandemia desse processo. Eles passaram por dois anos onde a única possibilidade de escola era a mediada por telas. As crianças ainda enfrentam dificuldades de socialização com outras crianças e adolescentes”, observa.

Para além da questão disciplinar, o CAP se preocupa em educar os estudantes para o uso consciente das telas. “A gente entende que o celular é um meio de contato das famílias com os estudantes. Vivemos uma realidade em que a maioria dos nossos alunos vem de bairros distantes da cidade”, analisa o docente. “Então, não é só proibir o uso não pedagógico, é preciso envolver famílias e estudantes nesse processo de conscientização”, defende. “Tentamos aliar o papel pedagógico ao preventivo e disciplinar, para o caso de reincidências”, afirma.

Apesar dos esforços, muitas famílias ainda não percebem uma atuação incisiva do Colégio. “Existe a norma, mas, com família, percebo que a proibição formal não significa uma proibição real”, diz Bárbara Loureiro, mãe de uma estudante do Fundamental II. “Não percebo ainda a política institucional consistente, neste tema.

Visivelmente, a gente não percebe nada. Minha filha reclama que ela respeita a lei, mas outros colegas, não”, critica.

A responsável reivindica uma rotina mais definida e combinada com toda a comunidade escolar. “A lei é muito válida e a escola precisa ser esse espaço para crianças e adolescentes convivirem, aprenderem e também a descansar das telas”, analisa. “O que não dá é para o professor virar um fiscal solitário do celular em sala de aula. É preciso um protocolo institucional mais definido. Acaba virando mais uma demanda para o professor que já é tão sobrecarregado”, aponta. “Precisamos de uma pactuação entre todos os envolvidos, mas a responsabilidade desse processo é institucional”.

CARTILHA

A professora Anna Thereza Bezerra de Menezes também acredita na importância do pacto coletivo. “É preciso esse pacto no sentido que não entreguem um smartphone nas mãos de uma criança, para que não as deixem ter uma rede social. É importante reforçar que o WhatsApp também é uma rede social”, destaca. “É preciso resistir a esse universo das telas. Se você controla esse acesso e os conteúdos, você protege sua criança. Se não, ela está completamente exposta”, afirma Anna Thereza.

Ela faz parte do Grupo de Trabalho ‘Orientações e Restrições sobre Mídias Móveis no Espaço Escolar’, formado no Colégio de Aplicação para trabalhar o tema junto à comunidade escolar. O grupo elaborou no final de maio a cartilha “Orientações sobre uso de telas e redes sociais”. O documento apresenta as regulamentações nacionais; os impactos do uso excessivo de telas em diferentes idades; os mecanismos de dependência desenvolvidos por aplicativos e big techs; o desenvolvimento cerebral de adolescentes, entre outros temas.

“As telas perpassam as relações de lazer, de amizades, implica em mudanças nas relações familiares. Então, o GT entendeu que era importante fazer um trabalho de conscientização das famílias e um levantamento desse uso familiar de telas, porque o aluno se desconecta da presença ao se conectar a esses dispositivos”, analisa a professora. “Por isso decidimos também criar esse documento com orientações, mas ele também busca que os adultos se perguntem que uso estão fazendo das telas e redes”, explica a professora Anna Thereza. A cartilha “Orientações sobre uso de telas e redes sociais” pode ser acessada em: <https://acesse.one/Eef10>. ▲



KELVIN MELO
kelvin@adufRJ.org.br

O uso massivo de ferramentas tecnológicas para a redução das filas de atendimento no Sistema Único de Saúde foi apresentado em detalhes aos professores e pesquisadores do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ, no dia 16 de junho. A secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, mostrou como funciona o chamado “Componente SUS Digital” dentro do programa Agora Tem Especialistas, lançado pela pasta no ano passado.

A iniciativa tenta mitigar o histórico problema da falta de médicos especialistas nas regiões mais pobres do país. “Desde antes da pandemia e agravada por ela, há um gargalo para a atenção especializada. Um estudo de 2023 do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde estima 370 mil óbitos ao ano, na saúde pública e privada, por doenças não transmissíveis relacionados a um atraso do diagnóstico”, afirmou Ana Estela. “Ou seja, pela demora em se chegar à atenção especializada”.

Para enfrentar a enorme demanda, o fortalecimento da telessaúde é uma das principais frentes do SUS Digital. “A telessaúde é realizada no SUS há 20 anos. Só que, até a pandemia, a gente fazia teleconsultoria. Era a troca de opiniões entre profissionais. O Conselho Federal de Medicina não permitia teleconsulta. Na pandemia, abriu. Mas não foi uma expansão planejada. Fizemos uma revisão agora”, esclareceu a secretária do Ministério da Saúde.

Em 2023, existiam 12 núcleos de telessaúde no país; agora, são 63 apoiando todo o processo assistencial dentro do SUS, conectando unidades básicas de saúde e os especialistas.

De 2024 a 2025, 5,7 milhões de teleatendimentos foram realizados, cobrindo 2.929 municípios. Entre eles, 56% das cidades do Norte, 61% das cidades do Centro-Oeste e 57% das cidades do Nordeste. “É onde as pessoas estão mais isoladas dos centros de atendimento”, disse Ana Estela.

Está aberto um edital do Fundo de Uni-

TECNOLOGIA CONTRA AS FILAS DO SUS

No Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, secretária do Ministério da Saúde apresentou as ações da pasta para acelerar e qualificar o atendimento de pacientes com médicos especialistas

versalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para ampliar a conectividade em unidades básicas de saúde, assim como foi feito para as escolas. “Também pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estamos levando kits de telessaúde. A gente organiza a sala de telessaúde na unidade básica. E o próprio profissional, agente comunitário ou enfermeiro, faz a mediação da consulta em um primeiro momento”. Dos 773 municípios da Amazônia Legal, 691 foram contemplados com os kits do ministério.

COMUNICAÇÃO ÁGIL

Outro aspecto do “Componente SUS Digital” é a comunicação direta com o paciente, a partir do ingresso na unidade básica de saúde. Se o usuário precisar fazer um exame ou se consultar com um especialista, o encaminhamento entra

mais de 400 sistemas diferentes, criados em períodos distintos e com arquiteturas variadas.

A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), lançada durante a pandemia, foi redesenhada para estabelecer os padrões mínimos de compartilhamento seguro das informações clínicas entre diferentes instituições e sistemas.

“A RNDS só tinha registros de exames laboratoriais de covid, monkeypox e vacina da covid. A partir de 2023, resolvemos adotar amplamente”, afirmou Ana Estela. Em 2023, a rede reunia 700 milhões de registros. Hoje, já soma mais de 4,7 bilhões, com exames laboratoriais, prescrições de medicamentos, atestados e autorizações para procedimentos de alto custo, entre outros dados.

Falta muito ainda. Mas, com os dados disponíveis, profissionais de saúde podem acessar o prontuário do paciente que já foi atendido dentro do SUS e realizar um atendimento mais qualificado. Gestores poderão mapear demandas e traçar políticas.

“Precisa expandir? Precisa. Mas a tecnologia sozinha não faz milagre. A tecnologia precisa ter um propósito. Ela não veio para fazer a gente abrir mão de construir a rede, capacitar os profissionais e acolher os usuários. Tudo isso precisa acontecer”, concluiu Ana Estela.

UFRJ À DISPOSIÇÃO

Presidenta da ADUFRJ e professora do IESC, Lígia Bahia avalia que as ações do ministério são inovadoras. “Estamos com avanços enormes. Para nós que acompanhamos esse processo há muito tempo, acredito que demos muitos passos adiante”, contou.

O reitor da UFRJ, professor Roberto Medronho, que é epidemiologista, colocou a expertise da universidade à disposição do programa. “Nós precisamos em um país continental como o nosso, tão desigual, utilizar a saúde digital”, afirmou. “No nosso parque tecnológico, agora abrimos um hub para 40 start-ups da área da saúde. O pessoal da área de engenharia de sistemas, da área de computação, pode nos ajudar a aprofundar as questões do SUS Digital”, completou. ▲

MINERVA NAS ONDAS DO RÁDIO

UFRJ lança rádio FM para levar conhecimento, informação e música de qualidade para o Grande Rio

KELVIN MELO
kelvin@adufRJ.org.br

Do alto do Morro do Sumaré, um novo sinal sonoro começou a percorrer o Grande Rio, levando conhecimento, cultura e serviço público à população. No tradicional radinho a pilha, no carro ou na caixa do som, é a Rádio UFRJ FM que está no ar, na frequência 88,9 MHz.

A rádio universitária já funcionava desde 2019 na internet, mas a recente entrada no “dial” representa a realização de um sonho para gerações de estudantes e servidores. “É uma grande emoção ouvir essa rádio, depois de tantas décadas de luta. Isso começou com o ativismo estudantil nos anos 80”, afirmou o diretor do Núcleo de Rádio e TV da UFRJ, professor Marcelo Kischinhevsky.

Marcelo ainda era aluno da Escola de Comunicação, quando participou da primeira tentativa, com o nome de Rádio Livre, em 1989. Um pequeno transmissor funcionava no centro acadêmico da ECO, com antena fixada no telhado do Palácio Universitário. Rebatizada como “Interferência” em 1992 e, após aproximadamente 20 anos de transmissões, a “emisora” foi fechada pela polícia, acusada de operar sem concessão oficial.

“O sonho de fazer uma rádio educativa cabia em uma caixa de sapatos, onde ficava o transmissor de 20 watts de potência, feito por um estudante da Escola Politécnica”, disse Marcelo. “Hoje, temos



um transmissor de 20 kW, mil vezes mais potente, com esse sinal lindo, cristalino, que a gente está ouvindo”, completou.

O lançamento oficial das transmissões aconteceu em 3 de julho, no Fórum de Ciência e Cultura. A grade é formada em parceria com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). “Temos quatro horas diárias de programação retransmitida da Rádio MEC AM, mais a Voz do Brasil. Nas outras 19 horas, é a programação da Rádio UFRJ, que é construída a partir de chamadas públicas”, afirmou Marcelo.

Hoje no site da Rádio UFRJ, há mais de 60 programas hospedados. “É uma diversidade muito grande de conteúdos. Não só da área de Comunicação. Há conteúdos feitos pela Medicina, pela Filosofia, pelo Direito, pelo Serviço Social, pela Escola de Música. A gente espera ter esse papel de agregador de conteúdos da universidade e também de parceiros, porque a chamada pública não é só voltada para a comunidade acadêmica”, explica o diretor do Núcleo de Rádio e TV.

“O ouvinte pode esperar uma rádio

muito viva, muito transparente”, esclarece Marcelo. “E já estamos com a sétima chamada aberta até setembro, para composição da grade de programação do ano que vem”.

MOMENTO HISTÓRICO

O reitor Roberto Medronho celebrou o momento. “É um momento histórico para a nossa UFRJ. Precisamos cada vez mais levar informação útil e relevante para a sociedade”, disse. “A universidade não pode ser uma torre de marfim, voltada para sim mesmo. A universidade tem que estar junto com o povo, tem que estar junto com o dia a dia da população”.

A capacidade de alcance de uma rádio universitária foi destacada pela coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, professora Christine Ruta: “A importância dessa rádio é permitir que o conhecimento produzido na nossa universidade chegue mais longe. Com linguagem acessível, responsabilidade e proximidade com a vida das pessoas”, contou. “O rádio tem uma força única. Mesmo em tempos de redes sociais, o rádio no Brasil alcança quase 80% das pessoas nas grandes regiões metropolitanas”.

CRESCIMENTO

O lançamento da Rádio UFRJ faz parte de um movimento de expansão da comunicação pública no Brasil. “Nos últimos dois anos e meio, a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) inaugurou 67 estações de TV e FM, sendo 52 só neste primeiro semestre de 2026. Essas estações cobrem mais de 30 milhões de pessoas”, informou o integrante do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações e ex-aluno da Escola de Comunicação da UFRJ, Octavio Penna Pieranti.

O crescimento da rede pública, para Octavio, impulsiona a economia e fortalece a democracia. “A implantação de cada emissora mobiliza um ecossistema muito amplo nas diversas localidades, gera empregos, estimula economia, fomenta a participação social, ajuda no combate à desinformação e forma novos profissionais”, disse. “Mais que isso, garante pluralismo e diversidade. E, dessa forma, fortalece a democracia”.

O diretor geral da EBC, Thiago Regotto, valorizou o empenho de todos que lutaram para a implantação da rádio da universidade. “Bons projetos podem demorar, podem enfrentar dificuldades, mas quando muitas pessoas acreditam nele, encontram sua voz. E essa voz a partir de hoje atende pelo nome Rádio UFRJ FM, 88,9 MHz. Parabéns a todos que nunca desistiram desse sonho”, concluiu. ▲

ENTREVISTA
MARCELO KISCHINHEVSKY

FERNANDO SOUZA



DIRETOR DO NÚCLEO DE RÁDIO E TV DA UFRJ

▲ Caderno D: que representa essa mudança da Rádio UFRJ para a FM?

■ Marcelo Kischinhevsky: Na web, há um número restrito de ouvintes. Agora é uma nova realidade com a qual vamos lidar e esperamos atender às expectativas da audiência. Estaremos focados nos públicos jovem e adulto jovem. Temos que trabalhar pelas futuras audiências. O rádio sempre será importante na vida das pessoas, desde que se mantenha atualizado. Esperamos contribuir para isso.

▲ Em tempos de falta de orçamento na universidade, como foi possível lançar a rádio?

■ Tivemos emendas parlamentares que nos permitiram adquirir os equipamen-

tos de transmissão e alguns equipamentos de estúdio, que estão armazenados, por enquanto.

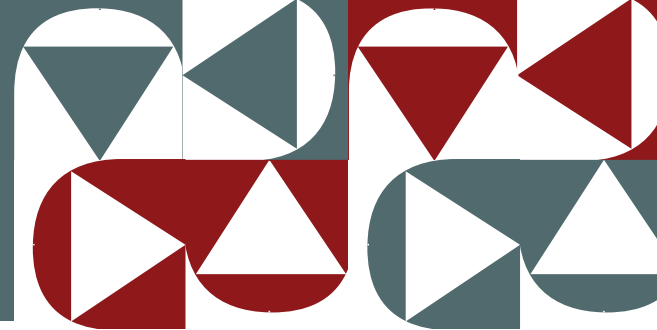
▲ Como os programas são produzidos, nessas primeiras semanas?

■ A Rádio é desenvolvida pelo núcleo de Rádio e TV, um órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura. Como ainda não temos um estúdio próprio, estamos gravando na Central de Produção Multimídia da Escola de Comunicação. A gente ainda não consegue fazer programas ao vivo. O sonho de consumo é que nosso estúdio fique no equipamento cultural do Novo Canecão para podermos fazer entrevistas com os artistas que se apresentarão lá. Para termos também

esse espaço formativo. Uma rádio universitária não é só comunicação pública e educativa. Mas é também um espaço de formação de futuros profissionais.

▲ Professores da UFRJ podem participar?

■ Professores podem e devem participar. Fazemos chamadas públicas. Estamos na sétima chamada pública para compor a grade de programação do ano que vem. O que a gente espera das propostas é que tenham aderência aos parâmetros técnicos e aos parâmetros editoriais da Rádio UFRJ, atendendo a uma lógica de diversidade, de inclusão, de vozes muitas vezes silenciadas pela mídia comercial.



FOTOS: FERNANDO SOUZA

MAIS QUE FÉRIAS, ENCONTROS

**Segunda edição
da Colônia de Férias da
ADUFRJ deixa gostinho de
quero-mais e expectativa
alta para janeiro de 2027**



SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A Segunda Edição da Colônia de Férias da ADUFRJ terminou e já deixou saudades. Por cinco dias, 25 crianças e adolescentes participaram de atividades lúdicas e educativas, brincadeiras, exercícios físicos, fizeram amizades e criaram memórias afetuosas das férias do meio do ano.

Já no primeiro dia de colônia, elas reencontraram os amigos da edição anterior e conheceram novos colegas. “Para nós, é fundamental esse acolhimento e integração das crianças. Elas interagem muito, aprendem umas com as outras e demonstram realmente que estão felizes aqui”, celebra o professor André Coutinho, coordenador do Grupo Coloriê, que organiza e realiza as atividades.

Fabille Moreira, professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação Física Escolar na Perspectiva Inclusiva da Escola de Educação Física da UFRJ, faz parte da equipe e explica que o objetivo da colônia não é só entretenimento. “Tem a garantia do lazer como direito, claro, mas tentamos unir a perspectiva pedagógica em cada uma de nossas atividades. Todas as ações têm intencionalidades”, reforça a docente. “Nossa equipe é toda formada por professoras e professores que atuam em escolas públicas e que se conheceram na UFRJ. Então, também trazemos para a

Colônia de Férias esse sentimento de ter a universidade como espaço de encontros”.

A diretora Andrea Parente, que coordenou a organização da Colônia de Férias, comemora o número de inscritos. “Foi uma surpresa positiva termos mais de 20 crianças nesta edição, pois acreditávamos que teríamos pouca procura, por ser mais curta”, diz a diretora. “Muitas crianças da edição passada voltaram e criaram um vínculo muito bacana”.

A edição de janeiro de 2027 já está confirmada, com duas semanas. “Estamos firmando uma parceria com a Escola de Educação Física. Então, teremos alunos da EEFD aqui também e a colônia se tornará uma atividade de extensão”, contou Andrea, em primeira mão.

Famílias e crianças já aguardam ansiosas as férias de janeiro. “É a primeira vez da minha filha, ela tem 7 anos. Ficamos com muito boa impressão. A equipe é incrível! Dá a sensação de que eles são capazes de fazer tudo o que se imaginar”, avalia Laura Costa, mãe da Júlia. “É tudo muito tranquilo, natural, lúdico, criativo! Pretendemos voltar em janeiro. Realmente gostamos muito. A ADUFRJ está de parabéns”.

Joana, de 8 anos, atesta a qualidade. “Amei a colônia. Eu vim da outra vez. Eu quero voltar em janeiro. Eu fiz muitos amigos”, diz. Questionada se vai ficar com saudade, Joana sinaliza que sim com a cabeça. “Na despedida da outra eu até chorei”, conta. Mais uma edição aprovadíssima!

Que venha janeiro! ▲

